

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

***O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM GOIÂNIA E A POLÍTICA  
PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL A PARTIR DA CRIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DO ESPORTE***

**MARCOS FLÁVIO MÉRCIO DE OLIVEIRA**

**GOIÂNIA-GO,  
2010**

**MARCOS FLÁVIO MÉRCIO DE OLIVEIRA**

***O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM GOIÂNIA E A POLÍTICA  
PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL A PARTIR DA CRIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DO ESPORTE***

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges

**GOIÂNIA-GO,  
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BC/UFG**

O482p Oliveira, Marcos Flávio Mércio de.  
O Programa segundo tempo em Goiânia e a política pública de esporte e lazer no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte [manuscrito] / Marcos Flávio Mércio de Oliveira. - 2010. 129 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2010.  
Bibliografia.

1. Esporte Educacional. 2. Programa Segundo Tempo. 3. Política Social. 4. Política pública. 5. Centralização e descentralização. I. Título.

CDU:379.8(817.)

Dissertação defendida junto ao Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, perante a banca abaixo:

Goiânia, 06 de outubro de 2010.

Banca Examinadora:

---

**ORIENTADOR: PROF. DR. PEDRO CÉLIO ALVES BORGES**

---

**PROF. DR: HUMBERTO LUIS DE DEUS INÁCIO**

---

**PROF. DR: SEBASTIÃO RIOS CORRÊA JR.**

---

**PROF. DR: JORDÃO HORTA NUNES (SUPLENTE)**

## DEDICATÓRIA

Considerado quase que completamente um elemento totalmente autônomo frente às demais dimensões da vida social, o esporte em sua vertente do alto rendimento goza de quase unanimidade quanto a seu valor integrador e socializador.

Ao longo de minha trajetória acadêmica sempre me inquietou o fato de que a maioria das pessoas praticamente cria outro mundo ao acompanhar as transmissões esportivas de massa. Sempre me inquietava o fato do país parar em época de Copa do Mundo. E mais ainda me inquieta a idéia difundida em vários espaços e por várias pessoas de que o esporte pode salvar de praticamente todas as mazelas sociais. Esta pesquisa representa um pequeno, mas importante, esforço de empreender uma análise crítica em relação ao esporte em nossos dias e a estas inquietações.

Por isso este trabalho é dedicado àqueles que ao longo destes dois anos e meio compartilharam comigo as inquietações referentes à compreensão do fenômeno esportivo como elemento importante para uma crítica da sociedade do capital, tanto os apocalípticos quanto os integrados!

## **AGRADECIMENTOS**

Fazer agradecimentos acerca de um trabalho acadêmico nunca é coisa simples, pois quase sempre deixamos alguém de fora. Mas mesmo assim é importante destacar aqueles que de alguma forma fizeram diferença nesta caminhada.

Agradeço em primeiro lugar a colaboração paciente e criteriosa de meu orientador para o desenvolvimento dos trabalhos. Sua contribuição foi importante para meu crescimento acadêmico, pessoal e político. Também destaco a contribuição dos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa.

Agradeço à colaboração dos que participaram de forma mais direta na construção do trabalho, em especial aos profissionais envolvidos com a política de esporte na cidade de Goiânia.

Agradeço aos meus companheiros de militância pelos debates saudáveis e fraternos que auxiliaram neste trabalho e pela compreensão de minha ausência em momentos importantes.

Não poderia deixar de agradecer aos momentos de carinho e incentivo de minha família ao longo desta empreitada. Em especial à Andréia, minha companheira, e mãe da Janaína, nossa querida filha.

Por fim, agradeço a todos e todas que de alguma forma contribuíram para a efetivação deste trabalho e que nele venham a se reconhecer!

*É o problema do modo de vida que nos mostra, mais claramente do que qualquer outra coisa, em que medida um indivíduo isolado se mostra ser o objeto dos acontecimentos e não o seu sujeito. O modo de vida, isto é, o ambiente e os hábitos cotidianos, elabora-se, mais ainda do que a economia, “nas costas das pessoas” (expressão de Marx). A criação consciente no domínio do modo de vida ocupou um lugar insignificante na história da humanidade. O modo de vida é a soma das experiências desorganizadas dos indivíduos; transforma-se de maneira de todo espontânea sob a influência da técnica ou das lutas revolucionárias e, no total, reflete muito mais o passado da sociedade do que seu presente. Leon Trotsky*

## RESUMO

O estudo das políticas públicas de esporte e lazer a partir da criação do Ministério do Esporte em 2003 é o foco deste trabalho. O objetivo foi compreender como o esporte, tratado como direito social, pode contribuir para a diminuição ou reversão das desigualdades em uma sociedade periférica como a brasileira. Para tanto, foi escolhido como objeto de estudo o Programa Segundo Tempo, desenvolvido sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, do Ministério do Esporte. Através da abordagem do esporte sob diferentes perspectivas da sociologia do esporte, discutimos as ligações do Estado moderno com o fenômeno esportivo, as concepções e principais dificuldades para o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, em geral, e mais especificamente na cidade de Goiânia. No campo da política social discute-se a relação centralização/descentralização da política de esporte.

Palavras-chave: Esporte Educacional; Programa Segundo Tempo; Política social; Política pública; centralização/descentralização

## **ABSTRACT**

The study of public policy for sport and leisure from the creation of the Sports Ministry in 2003 is the focus of this work. The aim was to understand how the sport was treated as a social right, can contribute to the reduction or reversal of inequalities in a peripheral society like Brazil. Therefore, it was chosen as study object the Half-Time Program, under the responsibility of the National Department of Sport Education, the Ministry of Sports. By approaching the sport from different perspectives of the sociology of sport, we discuss the connections between the modern state with the sport and what the concepts and major difficulties for the development of Half-Time Program in general and more specifically in the city of Goiania. In the field of social policy discusses the relationship centralization / decentralization of political sport.

Keywords: Educational Sports, Half-Time Program; social policy, centralization / decentralization

## SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – SOCIEDADE, ESTADO E ESPORTE.....	21
1.1 – A influência da Sociologia clássica sobre as análises do fenômeno esportivo .....	22
1.2 – O Processo Civilizador de Norbert Elias e o fenômeno esportivo.....	38
1.3 – A contribuição de Pierre Bourdieu para a análise do fenômeno esportivo .....	46
CAPÍTULO 2 – O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE ESPORTE.....	55
2.1 – Estado e Esporte no Brasil: um breve histórico .....	69
2.2 – A criação do Ministério do Esporte.....	74
CAPÍTULO 3 – UMA VISÃO GERAL DO PST .....	81
3.1 – O PST em Goiânia.....	89
CAPÍTULO 4 – O PST E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL .....	95
4.1 – O PST e suas concepções .....	97
4.2 – O desenvolvimento operacional do PST .....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS .....	118
APÊNDICES .....	123
ANEXO.....	129

## INTRODUÇÃO

O esporte é um fenômeno que contribui para a redução das desigualdades? Como política pública, pode ser instrumento de desenvolvimento da sociedade? Ou o esporte é um mero instrumento da reprodução e manutenção da dominação de classe, meio de alienação das classes subalternas? Tentar responder estas questões tem sido alvo de debates no interior do campo do Esporte e da Educação Física desde o início dos anos de 1980, num constante estímulo do diálogo entre estes campos do conhecimento e o campo das Ciências Sociais.

Dentre as contribuições relevantes a respeito, destacam-se, principalmente, (além da influência da sociologia clássica), as formulações que tomam como base a Escola de Frankfurt (em especial as noções de Adorno e Horkheimer), a teoria do processo civilizador de Norbert Elias e a tese da reprodução cultural de Pierre Bourdieu.

Com a confirmação do Brasil para sede dos Jogos Militares em 2011, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e sede das Olimpíadas de 2016, o estudo das políticas públicas de esporte pode contribuir na compreensão das políticas sociais em curso no país nos últimos anos. Este cenário de mudança no olhar do Estado para o esporte remonta aos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, no qual o Brasil ficou em 52º lugar (TERRA, 2009, p.20). De lá para cá presenciamos o peso cada vez mais crescente do esporte em nosso cotidiano e nas agendas do Estado brasileiro.

O estudo das políticas públicas no Brasil representa importante instrumento para a avaliação do nível de desenvolvimento de nossa sociedade. Para um país considerado emergente e com altos índices de crescimento econômico nos últimos anos, porém com níveis notáveis de desigualdade social, as políticas sociais tornam-se relevantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Para tal constatação, basta olharmos o Índice de

Gini<sup>1</sup> no Brasil, próximo de 0,5.(IBGE, 2008, p. 236)

O desafio deste trabalho concentra-se na busca de compreender como o fenômeno esportivo se insere no contexto das demais políticas sociais e em que medida as iniciativas na área esportiva podem contribuir para a reversão do histórico quadro de desigualdades no país. A política social é compreendida ao longo do trabalho como importante instrumento de redução de desigualdades e promoção de justiça social. Do ponto de vista das classes subalternas, podemos compreender a política social como um dos resultados de suas lutas e reivindicações. Neste sentido, para Pedro Demo a política social

continua sendo desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo. No pano de fundo emerge sempre a questão social, ou seja, o problema das desigualdades sociais, tomado aqui como componente histórico-estrutural. Quer dizer, as desigualdades sociais perfazem a própria dinâmica histórica em termos de resistência e necessidade de mudança. Do ponto de vista do grupo dominante, política social tenderá a ser tática de desmobilização e controle, enquanto do ponto de vista dos “desiguais”, assoma como contraposição. (DEMO, 1994, p4)

Na mesma linha de discussão acerca da política social, Faleiros aponta que

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da

---

<sup>1</sup> O índice de Gini é expresso por um valor que varia de 0 (zero), situação de perfeita igualdade, a 1 (um), situação de desigualdade máxima. Em situações concretas, é muito difícil que o índice atinja estes valores extremos. Um índice em torno de 0,5 já é considerado representativo de fortes desigualdades. (IBGE, 2008, p. 234)

realidade de exploração da classe operária. (FALEIROS, 1987, p.55)

Para além da abordagem pelo viés da política social, outro pressuposto da dissertação é estabelecer a distinção entre política social e política pública, pois muitas vezes estas duas formas de abordar as ações do Estado e dos governos são confundidas. A pesquisa em política social possui raízes na tradição europeia, abordando o Estado de Bem Estar - social em sua origem e as conseqüências das políticas a partir deste tipo de configuração do Estado. Por outro lado, a pesquisa a partir do enfoque da política pública possui vínculos com a tradição acadêmica norte-americana e concentra-se em explicar a natureza de uma determinada política, levando em conta seus processos decisórios, os agentes nela envolvidos e os mecanismos alocados em sua implementação (SOUZA, 2007, p. 70).

Ao longo do trabalho articularemos estas duas abordagens para o estudo do fenômeno esportivo. Interessa aqui tanto o papel do Estado brasileiro ao desenvolver ações no âmbito esportivo, quanto a análise do processo e da natureza da política desenvolvida. Podemos demarcar a distinção entre as duas abordagens na forma que retém o tratamento de conteúdo, ou substantivo, na expressão “política social”, deixando as observações dos ritos procedimentais, ou formais, para os instantes referidos como “política pública”. Essa junção – que aproxima ao mesmo tempo em que não obscurece as origens e especificidades de cada elemento – encontra-se em Souza, para quem:

Estudos sobre política pública não focalizam necessariamente o conteúdo substantivo da política, daí porque não assume importância fundamental o objeto da política pública, dado que qualquer produção do governo em qualquer área/setor pode ser tomada como ilustração do processo. Estudos sobre política social, ao contrário, são demarcados pelo objeto da política pública, focalizando, sempre, as questões que a política busca “resolver”, os problemas da área e seus resultados. (SOUZA, 2007, p. 71)

Em linhas gerais, podemos afirmar que a política pública se refere às iniciativas dos governos frente às mais variadas demandas propostas em suas plataformas eleitorais, incluindo tanto a dimensão econômica quanto a social e a cultural. Esse entendimento de Souza acerca da política pública estará em nosso ponto de partida. Nele, política pública é tratada

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o 'governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2007, p. 69)

É importante lembrar que não apenas os Estados envolvem-se na formulação de políticas públicas, mas também diversos atores que se formam e se movimentam no âmbito extra-estatal, como ONG's, entidades privadas e, mesmo, instâncias plenárias de diferentes movimentos sociais. Mesmo tendo clareza de que a formulação de políticas públicas contempla numerosos atores sociais que não os governos, neste trabalho enfocamos as iniciativas originadas no Estado.

Esta opção metodológica parte do entendimento de que o papel dos Estados continua preponderante na formulação e aplicação de políticas públicas, tanto do ponto de vista da manutenção da ordem social vigente quanto como espaço de formulação e implementação de políticas sociais. No caso do fenômeno esportivo, a presença do Estado sempre desempenhou papel preponderante nas iniciativas de proposição e execução, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Assim concebida a relevância do estudo das ações e concepções que norteiam a política pública de esporte<sup>2</sup>, estabelecemos por objetivo central

---

<sup>2</sup> Utilizaremos ao longo do trabalho a mesma classificação empregada pela Constituição Federal quanto às dimensões do fenômeno esportivo: Esporte de Rendimento, Esporte Educacional e Esporte

deste trabalho a avaliação dos impactos da criação do Ministério do Esporte (ME) em 2003<sup>3</sup> para as políticas de esporte. Para esta avaliação, procuraremos manter atenção à multidisciplinaridade do campo da política pública como um elemento importante na análise daqueles impactos, dada a própria diversificação do campo. Segundo Souza:

A política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. (SOUZA, 2006, p. 25)

Como objeto de estudo, investigamos o Programa Segundo Tempo (PST), desenvolvido pelo Ministério do Esporte em âmbito nacional desde 2003. O PST é um programa que tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais e tem como um dos seus princípios “a reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social no país”. (BRASIL, 2009, p. 11).

O PST é um programa situado no âmbito do Esporte Educacional, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte (SNEED/ME), e é considerado um programa estratégico do Governo Federal e do Ministério do Esporte. (BRASIL, 2009, p. 11). Principalmente por pautar-se pelo princípio da reversão do “quadro atual de injustiça”, acreditamos que por meio dele é possível compreender de maneira

---

Participação. Ainda assim, concordamos com Bracht, 2005, ao afirmar que o Esporte de Rendimento tem fornecido o “modelo” de prática esportiva às demais manifestações. Estas definições são problematizadas no capítulo 4.

<sup>3</sup> Como veremos no segundo capítulo o Ministério do Esporte possui um histórico anterior a 2003. No entanto, consideramos aqui o momento em que ele deixa de ser atrelado a outras pastas ou ter caráter extraordinário como o ponto de criação e consolidação.

mais geral as relações do fenômeno esportivo, tomando em sua dimensão de política pública, com as demais políticas sociais.

Abordamos o PST ao longo do trabalho sob duas perspectivas: uma primeira diz respeito às concepções sociológicas acerca do fenômeno esportivo que o programa carrega. Na segunda perspectiva, discutimos sua implementação sob o olhar da relação centralização/descentralização da política social no Brasil. Esta segunda perspectiva apóia-se na premissa de que a criação do ME representou um esforço de centralização da política pública de esporte no país, configurando um diferencial em relação à tradição anterior à sua criação.

Nossa hipótese de trabalho é a de que, do ponto de vista político-administrativo, a criação do ME caminhou na contramão das demais políticas sociais brasileiras. Ao passo que o processo de descentralização acentuou-se cada vez mais a partir de 1988, no caso do esporte, a tendência seguida configura-se por uma maior centralização por parte do Governo Federal. Em relação ao processo de descentralização da política social, Marta Arretche verifica que

O modelo centralizado, consolidado durante o regime militar, vem se transformando no contexto do Estado federativo, instituído pela Constituição de 1988. De uma maneira geral, é significativa a descentralização das políticas sociais brasileiras. Porém, os resultados obtidos em cada um dos Estados nas diversas áreas de política analisadas variam de forma significativa. (ARRETCHÉ, 2000, p. 13)

Conforme a autora, em relação ao processo de descentralização, seus fatores determinantes podem ser de tipo estrutural, institucionais ou ligados à ação política, cabendo às pesquisas dar respostas à seguinte questão: “*enfim, supondo que todos estes fatores tenham tido um peso determinante no processo de descentralização, embora com pesos diferentes, que importância atribuir a cada um deles?*” (Arretche, 2000, p. 34).

Neste caminho, o estudo das políticas públicas de esporte (e lazer<sup>4</sup>) desenvolvidas a partir da criação do ME em 2003 ampliará sua capacidade explicativa se integrar seu foco ao estudo da política pública de uma maneira geral no Brasil. Essa conexão, se bem conduzida, permitirá compreender a forma como o Estado, numa perspectiva de longo prazo, tratou o esporte e como os três fatores destacados anteriormente (de tipo estrutural, institucional ou ligados à ação política) articulam-se na consolidação da política de esporte.

Do ponto de vista do método, utilizamos o materialismo dialético, como possibilidade de contemplar uma visão de totalidade do fenômeno esportivo, e de forma específica em sua dimensão de política pública. Isso não significa admitir que temos condições de captar todos os elementos da realidade. Segundo Bhering e Boschetti:

A perspectiva dialética não tem a intenção de conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, nem pretende oferecer um quadro total da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades. Na verdade, os fatos expressam um conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, determinados e determinantes desse todo, de modo que não podem ser compreendidos e explicados como fatos isolados. (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 41)

Esta abordagem macrossociológica permite contemplar as contradições e ambigüidades presentes tanto no fenômeno esportivo, quanto na aplicação das políticas públicas de esporte no Brasil. Neste caminho, para George Novack a dialética apresenta uma visão diferenciada em relação à lógica formal, pois a dialética

---

<sup>4</sup> Neste trabalho nossa preocupação central reside na política pública de esporte. No entanto, a centralidade da aplicação da política recreacional e esportiva em nosso país foi delegada ao Ministério do Esporte. Tal entendimento não desconsidera a especificidade do lazer, ainda que o esporte possa estar presente em atividades de lazer.

se baseia num ponto de vista completamente diferente e tem uma visão distinta (em relação à lógica formal) da realidade e suas formas variantes. É a lógica do movimento, da evolução, da mudança. A realidade está demasiadamente cheia de contradições, demasiadamente fugidia, por demais mutável para amarrá-la numa fórmula ou conjunto de fórmulas. Além do mais, toda realidade está em contínua mudança, descobrindo novos aspectos de si mesma, que devem ser tomados em conta e que não podem ser enclausurados em velhas fórmulas. (NOVACK, 2005 p. 62)

A abordagem do fenômeno esportivo pelo método dialético permite a compreensão das contradições presentes na aplicação da política de esporte. Contradições que passam por uma relação de continuidade/descontinuidade no campo da política pública de esporte e lazer.

Cabe destacar que a utilização do materialismo dialético como método norteador de nossas reflexões não dispensa o diálogo com autores de outras perspectivas. Muitas vezes questões percebidas por outras linhas de pensamento não são discutidas no interior do marxismo e vice-versa. Tal assertiva se faz presente no campo da Sociologia do esporte, área do conhecimento em que pontuam diferentes contribuições originadas fora do campo marxista, como as de Max Weber<sup>5</sup>, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Neste sentido, partimos da visão de Dias acerca da relação do marxismo com outros campos teóricos:

O marxismo é uma forma de conhecimento e de intervenção no real e é exatamente essa articulação que lhe dá sentido e direção. Por isso ele “conversa” com os demais campos teóricos-políticos, com diferentes perspectivas classistas, mas se constrói a partir da sua identidade, reafirma sua natureza e recusa dissolver-se no campo das demais teorias. Um esclarecimento: a idéia de “conversa” significa que o pensamento marxista enfrenta, na feliz expressão gramsciana, “os campeões da posição adversária”. Trabalha questões levantadas por eles, mas a partir de sua lógica. (DIAS, 2006, p. 123).

---

<sup>5</sup> Citamos aqui as contribuições desenvolvidas com base nas formulações de Max Weber, pois este não desenvolveu estudos neste campo.

A compreensão do fenômeno esportivo como parte de uma totalidade social e histórica, articula-se ao longo do trabalho com as características das formações sociais modernas apontadas por Max Weber que possuem maior afinidade eletiva com o esporte. Em um segundo momento, a estas categorias são acrescentadas a análise do fenômeno esportivo como parte do Processo Civilizador de Norbert Elias, posteriormente articuladas com as categorias de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu.

No primeiro capítulo travamos um diálogo entre diferentes perspectivas para o estudo do fenômeno esportivo, partindo das contribuições de autores de inspiração em Marx e em Weber, passando em seguida pelas contribuições de Elias e Bourdieu, para depois construir uma síntese das formas como estas análises podem ser visualizadas no âmbito da política de esporte.

No segundo capítulo traçamos um breve histórico das intervenções do Estado no âmbito das políticas sociais e no setor esportivo no Brasil. Estabelecemos neste capítulo um resumo do que consideramos as principais ações do Estado no setor esportivo até a criação do ME em 2003. Tal resgate tem como função fornecer elementos para evidenciar num processo de longa duração o modo pelo qual a dialética centralização/descentralização, tem permeado a lógica da aplicação da política de esporte no país.

No terceiro capítulo, analisamos de forma descritiva a criação do ME e de seus programas, com destaque para o PST. O objetivo deste capítulo é possibilitar uma visão ampla e geral da política de esporte em curso no Brasil, sem ainda estabelecer o aprofundamento de sua análise crítica.

No quarto e último capítulo empreendemos uma análise das concepções, da implementação e dos impactos do PST. Aqui problematizamos a utilização do fenômeno esportivo para a legitimação de discursos referentes a esta reversão do quadro de injustiças, ressaltando a denominada “visão salvacionista do esporte”. Além disso, tentamos identificar as principais dificuldades para que o PST atinja seus objetivos previstos em seu projeto padrão.

Como fio condutor de nossas reflexões ao longo do trabalho, encontra-se a criação do ME como parte do processo de centralização/descentralização das ações desenvolvidas em torno do fenômeno esportivo no país. Neste sentido, o caminho percorrido nos exigiu um diálogo entre diferentes abordagens, empreendendo o esforço de compreender inicialmente a própria essência do esporte para uma posterior compreensão de como este vem sendo tratado no âmbito da política pública.

Aliado às perspectivas de estudo já enunciadas, é importante travar um diálogo com o campo da Educação Física. Isso se deve não somente à nossa formação neste campo do conhecimento, mas principalmente pelo reconhecimento das inúmeras pesquisas e reflexões desenvolvidas por estudiosos da Educação Física acerca das políticas públicas de esporte e lazer, apresentando contribuições para o entendimento dos significados da política de esporte no Brasil. Portanto, propomos estudar a política pública de esporte estabelecendo um diálogo constante entre o campo da Sociologia e o campo da Educação Física.

Do ponto de vista das ações de campo e técnicas de pesquisa, a revisão bibliográfica tentou captar os principais elementos no interior da sociologia do esporte para avaliar um programa de esporte educacional. Identificamos assim as principais contribuições com base na sociologia clássica para em seguida avaliarmos a contribuição de Elias e Bourdieu.

A revisão contou ainda com levantamentos de estudos específicos do campo da Educação Física e Esportes, feitos para traçar um breve histórico da trajetória política do fenômeno esportivo. Em relação aos programas do Ministério foram estudados os principais documentos do PST e outros julgados relevantes que compõem o arcabouço teórico que estrutura as ações do ME.

Cabe destacar que caracterizemos nosso trabalho como um estudo exploratório, no qual parte-se de uma hipótese e aprofunda-se no estudo dos limites de uma realidade específica (TRIVINOS, 2008, p. 109). Ou seja, não nos propusemos a empreender um estudo de caso, analisando o

desenvolvimento do PST em uma escola específica ou outro ambiente no qual tenha se desenvolvido o programa na cidade de Goiânia<sup>6</sup>.

Além da análise documental foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais envolvidos com o PST na cidade de Goiânia e visitas a alguns núcleos, bem como à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Foram entrevistados um gestor do programa, um coordenador setorial e um professor. As entrevistas foram gravadas em aparelho mp3, transcritas e a identidade dos entrevistados preservada<sup>7</sup>. As transcrições foram codificadas, estabelecidas categorias de análise e conforme estas categorias foi realizada a codificação dos dados.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no segundo semestre de 2009 e nos primeiros meses de 2010. Como veremos no terceiro capítulo, o PST não teve continuidade no ano de 2010. Por este motivo e por escolha metodológica, não se mostraria produtivo para a interpretação realizar entrevistas ou grupos focais com os alunos do programa. Assim, embora as informações sobre a participação dos alunos do programa sejam de segunda mão e por meio da observação simples (GIL, 1999), entendemos que não foi afetado o desenvolvimento de nosso trabalho, já que ele focou-se predominantemente no âmbito das concepções e da gestão do PST.

---

<sup>6</sup> O projeto inicial desta dissertação se configurava como um Estudo de Caso do PST na Unidade Municipal de Assistência Social do Parque Atheneu. No entanto, pelos problemas para o desenvolvimento do PST em Goiânia, conforme veremos nos capítulos 3 e 4, optamos por não tomar este caminho metodológico.

<sup>7</sup> As visitas foram realizadas com Carta de Apresentação do Programa de Mestrado em Sociologia da UFG. As entrevistas foram realizadas após contato inicial com responsáveis da Secretaria de Esporte e Lazer de Goiânia e com termo de livre consentimento assinado pelos participantes.

## **CAPÍTULO 1 – SOCIEDADE, ESTADO E ESPORTE**

O fenômeno esportivo apresenta-se como uma importante manifestação cultural das sociedades contemporâneas. Desde sua prática nos espaços do tempo liberado das obrigações laborais, passando pelos grandes espetáculos midiáticos e incluindo variadas manifestações que de maneira geral denominam-se esporte e se relacionam à saúde, comprova-se a importância do fenômeno esportivo. Na atualidade, dificilmente o esporte não integre o cotidiano das pessoas, seja como praticantes ou como espectadores. Como lembra Bracht:

Sem dúvida, o esporte faz parte hoje, de uma ou outra forma, da vida da maioria das pessoas em todo o mundo. Tão rápida e tão “ferozmente” quanto o capitalismo o esporte expandiu-se pelo mundo e tornou-se a expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento. Hoje ele é, em praticamente todas as sociedades, uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto à sua legitimidade social. (BRACHT, 2005, p. 9)

Apesar desta legitimidade, o esporte carrega características, contradições, valores e representações presentes em nossa formação social. A compreensão da forma como as pessoas internalizam a prática esportiva, bem como concepções e valores associados a esta prática, pode colocar em evidência questões estruturais da sociedade, em especial de sociedades desiguais como a brasileira.

Presenciamos um peso significativo não só do esporte, mas das práticas corporais voltadas à promoção da saúde<sup>8</sup>, crescentes nos meios de comunicação de massa e no cotidiano das pessoas. Generaliza-se um

---

<sup>8</sup> Cabe lembrar que um dos impactos diretos previstos pelo Programa Segundo Tempo é a promoção da saúde.

consenso de que a prática de atividade física<sup>9</sup> e/ou esportes traz benefícios à condição orgânica dos indivíduos. No entanto, se abordarmos a saúde como a síntese de múltiplas determinações, tais como educação, acesso à cultura, saneamento básico, condições dignas de trabalho, acesso à moradia, acesso ao esporte e outras manifestações da cultura corporal, dentre outras, evidencia-se a necessidade de desvelar o discurso da promoção da saúde por meio do esporte e das práticas corporais.

Este desvelamento permite compreender como as relações de poder se reproduzem em uma sociedade extremamente desigual, como a sociedade brasileira contemporânea, e quais são as possibilidades de resistir e transformar a realidade a partir das diferentes modalidades da vivência esportiva, no nível das práticas e principalmente no de sua gestão<sup>10</sup>. Por meio do estudo do fenômeno esportivo é possível compreender as relações sociais que o situam como manifestação cultural relevante no âmbito da vida contemporânea.

### **1.1 – A influência da sociologia clássica sobre as análises do fenômeno esportivo**

Diferentes linhas de estudo no campo das ciências humanas tentaram sintetizar as características fundamentais do fenômeno esportivo. Realizamos o esforço de agrupar as principais contribuições que tomam como base as compreensões acerca da dinâmica e desenvolvimento da sociedade conforme as elaborações de Marx e Weber. As interpretações e críticas que tomam como

---

<sup>9</sup> Utilizamos aqui o termo atividade física e esportes numa visão geral acerca das práticas corporais. Ressaltamos que a categoria “Práticas Corporais” sintetiza de forma mais explícita o caráter histórico e cultural do que é definido como atividade física. Para mais esclarecimentos ver: SILVA, Ana Márcia & DAMIANI, Iara Regina (organizadoras). Práticas corporais. Florianópolis: Nauembla Ciência e Arte, 2005.

<sup>10</sup> Não estamos afirmando que as práticas corporais e o esporte não exerçam influência no conjunto da saúde da população. No entanto, de forma isolada das demais dimensões citadas não fica garantida a priori a conquista da saúde. Para uma crítica da relação estabelecida entre atividade física e saúde ver: CARVALHO, Yara Maria. O Mito da Atividade Física e Saúde. 3ª Ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2001.

ponto de partida estes dois clássicos da sociologia podem atender à tarefa de compreensão do fenômeno esportivo enquanto política pública.

Com base no diagnóstico de desenvolvimento da sociedade moderna no ocidente, de Max Weber<sup>11</sup>, Bracht (2005, p.10) resume as características do esporte moderno da seguinte forma: competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e cientificação do treinamento. Esta compreensão do fenômeno esportivo leva em conta a construção de um tipo ideal de esporte moderno com base na obra de Allen Guttmann “From ritual to record”: secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e recordes (PILLATI, 2002, p. 65).

Nesta obra, o quadro comparativo de Guttmann é utilizado para facilitar a visualização de sua tipologia:

Quadro 1 – Tipologia do esporte de Guttmann

	Esportes primitivos	Esportes gregos	Esportes romanos	Esportes medievais	Esportes modernos
Secularidade	Sim e não	Sim e não	Sim e não	Sim e não	Sim
Igualdade	Não	Sim e não	Sim e não	Não	Sim
Especialização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Racionalização	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Burocracia	Não	Sim e não	Sim	Não	Sim
Quantificação	Não	Não	Sim e não	Não	Sim
Recordes	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Guttmann, Apud Pillati, (2002, p. 73)

<sup>11</sup> Para a necessária crítica do ponto de vista marxista da visão de sociedade de Max Weber e algumas considerações críticas quanto a suas formulações, ver: MÉZSÁROS, István. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

O autor utiliza os tipos ideais de Weber como filtro para delimitar as principais características do esporte moderno, acrescentando a categoria recorde. Ronaldo Helal agrupa essas características em duas principais: a secularização e a racionalização. O autor assim as define:

Podemos definir secularização como o processo pelo qual realidades pertencentes ao domínio religioso, sagrado ou mágico passam a pertencer ao domínio profano. Sempre que uma representação racional, científica e técnica substitui uma representação religiosa ou uma explicação pelo sagrado ou pelo divino, podemos afirmar que estamos presenciando um processo de secularização. (HELAL, 1990, p. 34)

Em relação ao processo de racionalização e sua relação com o esporte Helal observa que:

Fala-se em racionalização do esporte moderno na medida em que: verifica-se uma ênfase cada vez maior na quantificação dos feitos atléticos; busca-se uma maior especialização dos papéis a serem executados pelos atletas; e desenvolvem-se estratégias e táticas de jogos cada vez mais formais, rígidas e calculistas, que visam em última instância, a um melhor desempenho dos atletas e das equipes nas competições. (HELAL, 1990, p. 46)

No tocante às sociedades ocidentais tal tipo de racionalismo provém necessariamente do protestantismo ascético, que imprimiu sua marca em nossas formações sociais. Para Jessé Souza esta marca pode ser vista

como o “racionalismo da dominação do mundo”. Esse racionalismo difere de modo profundo, por exemplo, dos racionalismos da “fuga do mundo”, típico da sociedade de castas hindu, ou do racionalismo da “acomodação ao mundo” típico da sociedade tradicional chinesa (SOUZA, 2006, p. 9)

Esta visão da racionalidade da cultura ocidental é apoiada numa conjunção de elementos que possibilitaram a existência do capitalismo moderno. Esses elementos para Weber são a apropriação de todos os meios materiais de produção como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas e autônomas; liberdade de mercado, isto é, liberdade de restrições irracionais da circulação de mercadoria; técnica racional; direito racional; trabalho livre e comercialização da economia. (WEBER, 2006, p. 15)

Para Weber o racionalismo da dominação do mundo, típico da sociedade ocidental é o que caracteriza a singularidade do racionalismo ocidental. Desta forma, a racionalidade ocidental é marcada pela lógica instrumental da relação meio-fim. Como os fins já estão dados na busca por lucro no mercado, só podemos ser racionais se calcularmos e compreendermos como o mercado funciona (SOUZA, 2006, p. 9).

As causas da peculiaridade do capitalismo ocidental apresentam alguns traços singulares, segundo Weber:

Apenas o capitalismo criou uma organização racional do trabalho, que não se encontra em nenhuma outra parte (WEBER, 2006, p. 59).

.....

Somente o Ocidente conhece um Estado no sentido moderno, com constituição instituída, funcionários especializados e direito de cidadania...Somente o Ocidente conhece um direito racional criado por juristas, racionalmente interpretado e aplicado. (WEBER, 2006, p. 60)

.....

Finalmente, a cultura ocidental distingue-se de qualquer outra, ainda, pela existência de seres humanos com um *ethos* racional da condução de vida. (WEBER, 2006, p. 61)

Além destes elementos já evidenciados, encontramos nas formulações de Weber papel de destaque para a formação do Estado Moderno. Em sua

visão o Estado moderno é o instrumento pelo qual se exerce o monopólio legítimo da violência:

O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos que antes contralavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado. (WEBER, 1982, p. 103)

Weber considera o Estado racional o único contexto no qual pode vigorar o capitalismo moderno. Um estado com funcionalismo especializado e baseado no direito racional. Tal avaliação toma como base as precondições para o surgimento do capitalismo moderno, que além do Estado racional ainda devem incluir a organização racional do trabalho, a ciência racional e o *ethos* racional da condução de vida.

Guttman, ao passo que possui o mérito de aplicar a metodologia weberiana ao fenômeno esportivo, acaba tratando-o como um fenômeno linear, que veio se transformando mecanicamente ao longo dos tempos até chegar à forma tal qual o conhecemos hoje. Além disso, como lembra Ronaldo Helal, as características elencadas por Guttman não são de exclusividade do fenômeno esportivo. Mesmo assim, esta tipologia é amplamente aceita e utilizada para definir o esporte em nossos dias, principalmente em sua dimensão de alto rendimento.

No entanto é importante destacar que o princípio da igualdade apontado por Guttman é bastante questionável, considerando que nem todos e todas possuem as mesmas condições de acesso à prática esportiva, e que pelo processo de seletividade e hipercompetitividade muitos acabam ficando pelo caminho na busca por atingir o topo da pirâmide esportiva.

Neste caminho, as características presentes na manifestação esportiva só podem ser compreendidas em conjunção com as demais características de nossa formação social moderna. É nesta medida que se torna justificável adotar a adjetivação “moderno” para o esporte tal qual o conhecemos hoje, não por sua linearidade ao longo da história, mas como aponta Bracht pelo fato de que ele se refere a

uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura européia por volta do século XVIII, e que com esta, expandiu-se para o resto do mundo. O esporte moderno resultou de um processo de modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares, cujos exemplos mais citados são os inúmeros jogos com bola, e também, de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa. Este processo inicia-se em meados do século XVIII e se intensifica no final do século XIX e início do XX. (BRACHT, 2005, p. 13)

Situar o esporte como um fenômeno linear ao longo da história, ou essencialmente moderno remete para a discussão referente às teses de continuidade e descontinuidade na consolidação do fenômeno esportivo, explicitadas por Bracht:

Duas visões do caráter do esporte: a) como natureza essencial, ou b) como natureza histórico-social, respectivamente. Numa visão, o esporte, na sua essência, já sempre existiu, em todas as culturas, ele apenas se atualiza em diferentes contextos e momentos históricos, e em outra, o esporte é um fenômeno datado (BRACHT, 2002, p. 191)

Na visão marxista, principalmente com base no neomarxismo frankfurtiano, temos os representantes maiores da tese da descontinuidade. Na

visão de Guttmann, encontramos um exemplo da tese da continuidade. Já em Norbert Elias e Pierre Bourdieu podemos encontrar a relação dialética necessária entre os dois pólos<sup>12</sup>. Como a análise do fenômeno esportivo com base nos tipos ideais de Guttmann foi há pouco apresentada em suas linhas gerais, passaremos à abordagem de cunho marxista.

Nesta perspectiva, o esporte é encarado no contexto das transformações que consolidam as sociedades industriais. A superação do modo de produção feudal e a consolidação do capitalismo não seriam possíveis se fossem restritas apenas ao âmbito econômico. Para a expansão e reprodução do sistema em escala global foi necessária uma dura luta para que valores coerentes com o domínio da burguesia emergente se consolidassem.

A constituição corporal de homens e mulheres, bem como a necessária disciplina para o trabalho fabril, somou-se à ética do trabalho, constituindo um novo modo de vida, nos quais novos costumes e novos padrões de civilidade passam a reger as normas da vida social. Neste contexto, o esporte e as práticas corporais cumprem papel de destaque no disciplinamento e na reprodução da força de trabalho, processos em que se destaca o próprio surgimento da Educação Física. Esta visão toma como base a compreensão de Soares, na qual a Educação Física é percebida

como a disciplina necessária a ser viabilizada em todas as instâncias, de todas as formas, em todos os espaços onde poderia ser efetivada a construção deste homem novo: no campo, na fábrica, na família, na escola. A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados, e se faz protagonista de um corpo 'saudável'; torna-se remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico...familiar (SOARES, 2007,p.5)

---

<sup>12</sup> Não estamos situando Elias e Bourdieu no campo marxista. Apenas destacamos que estes dois autores, mesmo fora do campo marxista, ao abordarem o fenômeno esportivo rompem com a polarização entre continuidade/descontinuidade. Ao mesmo tempo, destacamos que ao situarmos os frankfurtianos e Guttmann entre representantes das teses da descontinuidade e da continuidade, respectivamente, não estamos imputando tal polarização a Marx e Weber. Consideramos que estes dois autores apresentam formulações teóricas que tentam essencialmente compreender a dinâmica das sociedades modernas.

Neste contexto, a Educação Física e os esportes fazem parte da construção de um novo modelo de homem, adequado às exigências da nascente e cada vez mais complexa sociedade industrial. Em uma sociedade cujo sociometabolismo tem como princípio a crescente valorização do capital, por meio da produção de mercadorias, as demais dimensões da vida são colonizadas pelas necessidades do capital. Em outras palavras, a lógica da produção de mercadorias “contamina” as demais dimensões da vida social, subordinando-as. Assim, nas palavras de um dos autores críticos do fenômeno esportivo:

La estructura capitalista industrial se refleja en el deporte. La primera tarea, sobre la cual insistiré en mi artículo, será, pues, la de intentar demostrar cómo el deporte es una parte integrada en la totalidad: la sociedad capitalista en su dinamismo. El deporte no tiene una historia ni una existencia autónomas. Su función social y política, tal como la vemos, le es dictada por el lugar que ocupa dentro de la totalidad de las relaciones sociales. Los momentos y los elementos particulares del deporte llevan en si mismos la estructura de la totalidad. (BROHM, 1966, p. 17)

O autor francês estabeleceu sua crítica em meio aos movimentos de contestação da ordem durante os protestos ocorridos na França em maio de 1968. Sua crítica resulta da “fusão” das análises marxianas com a psicanálise de Freud<sup>13</sup> e possui forte influência do neomarxismo da Escola de Frankfurt. Brohm considera a competição exacerbada como o princípio do esporte que suplantou o caráter lúdico do jogo, reificando este último:

De este modo, a través del deporte, el juego, que conlleva indudablemente un elemento agonial, resulta reificado por

---

<sup>13</sup> Temos clareza de que outros autores empreenderam uma crítica do fenômeno esportivo pelo viés marxista. Aqui explicitamos de maneira somente indicativa as análises de Brohm por compreender que este sintetiza grande parte daquela crítica. Além disso, suas concepções influenciaram a crítica do esporte no interior do campo da Educação Física de maneira mais incisiva. Mais adiante realizamos uma síntese das demais formulações de orientação marxista, conforme Bracht, 2005.

méδιο de la introdución de la competencia sistemática, cuantificado espacialmente y temporalmente, medido con una precisión cada vez mayor. El deporte se ha convertido en la lógica abstracta de la competición, la sistemática formal de las leys, de los principios, de las reglas de la competición. (BROHM, 1966, p. 21)

Esse pensamento antecipa grande parte da crítica posterior ao esporte, de cunho marxista. Como observa Proni,

Brohm é fiel à sua formação marxista, procurando sempre estabelecer um paralelo entre a mercantilização do esporte e a lógica de organização capitalista da sociedade, e recorrendo à definição de ideologia de Althusser, especialmente ao examinar o esporte como “aparelho ideológico do Estado”. Além disso, submete o leitor aos escritos de Freud para entender as funções psicossociais do esporte, entre as quais a “sublimação da violência agressiva” (PRONI, 2002, p. 34)

A forma pela qual o esporte consolida a ideologia burguesa, na visão de Brohm, tem a ver com as próprias necessidades psicológicas das massas sob o sistema capitalista. O esporte cumpre o importante papel de canalizador dos sentimentos, principalmente daqueles mais violentos. Proni assim esclarece esta canalização:

Temos a função psicossocial do esporte. Ao examinar a funcionalidade atribuída ao esporte no sistema capitalista (na sociedade urbano-industrial), Brohm oferece grande importância à função psicológica de canalização da energia social das massas, de catarse e transmutação da energia psíquica agressiva. O espetáculo esportivo, visto por essa ótica, opera como uma “fábrica de sentimentos massivos”, que permite a produção e a descarga de emoções pela massa. (PRONI, 2002, p. 48)

Tal característica do fenômeno esportivo possibilita sua utilização ideológica e mercantil por parte de atores sociais: Estado, grande capital, mídia, organizações da sociedade civil, sindicatos, etc. Isso permite a reprodução dos valores hegemônicos do sistema bem como dissimula e encobre a essência das relações de produção, contribuindo para gerar distorções na percepção do grande público em relação ao fenômeno esportivo. É neste caminho que Proni afirma que:

Brohm conclui seu estudo com a crítica mais substancial que, no seu entendimento, deve-se fazer ao esporte moderno: a sua utilização ideológica pelo Estado, voltada para a manutenção da ordem estabelecida. Seguindo as indicações de Gramsci, o autor qualifica a instituição esportiva como um “aparato privado de hegemonia civil”, que impõe os hábitos e valores do grupo social no poder para a sociedade como um todo. (PRONI, 2002, p. 53)

Ainda que Brohm tenha formulado estas concepções em meio às convulsões do maio de 1968, com o fenômeno da globalização, o elemento que mais nos chama a atenção passa a ser o processo de mercantilização do esporte. A mundialização do capital proporcionou também a globalização do fenômeno esportivo, aprofundando o referido processo de mercantilização. Com isso

A globalização do esporte, iniciada verdadeiramente a partir da II Guerra Mundial com a multiplicação sem fim das competições, duplicou-se com uma “esportivização” do mundo como vetor político-ideológico comum ao conjunto das potências financeiras que submetem o planeta à sua imposição. Depois que o barão Pierre de Coubertin lançou o movimento irresistível de propagação esportiva, ao ressuscitar os Jogos Olímpicos em Atenas, em 1896, o fenômeno esportivo caracterizou-se pela combinação de vários fatores: um desenvolvimento sem precedentes da maioria dos esportes em todo o planeta, sua homogeneização internacional pela codificação de regras unificadas, e o desaparecimento

progressivo das técnicas corporais ou dos jogos típicos dos países. (BROHM, 2004, p. 1)

Na visão de Brohm, até mesmo o tempo da sociedade passa a ser influenciado pelo tempo do esporte. Potencializado pelas transmissões midiáticas de massa, o esporte hoje representa um dos canais da globalização. Segundo o autor:

O esporte tornou-se um dos vetores da globalização em curso, ou seja, uma espacialização planetária sob o regime de um tempo único reificado, literalmente coagulado, constituído pelo poder universal da divulgação televisiva. O tempo ainda marcado pela historicidade, um tempo complexo, de uma certa fluidez dialética, foi substituído, portanto, pelo tempo do esporte, que divide a história ao ritmo das competições, dos recordes, das teletransmissões. O esporte “realmente existente” não é senão um frenesi de competições, a organização planetária de sua rotação permanente num calendário universal. Atualmente, o esporte não é mais do que um dos componentes de um tempo e de um espaço autonomizados no e pelo capital. Ele é a tomada de posse do tempo e do espaço à sua imagem e como imagem (BROHM, 2004, p. 2).

Brohm destaca ainda que a visão da esquerda de uma maneira geral em relação ao esporte contém um fundo idealista, conferindo ao esporte determinadas funções. Dentre estas funções, destacamos aquilo que Athayde, 2009, define como a missão salvacionista do esporte. Nesta visão, o esporte tem o poder de promoção da ascensão social bem como é apresentado como um instrumento no combate às drogas e outras mazelas sociais. Brohm aponta duas visões acerca do esporte, ambas tomando como base uma suposta neutralidade do fenômeno esportivo:

A primeira, veiculada com insistência por todas as tendências de esquerda, consiste em defender que o esporte pode assumir todas as cores, do vermelho vivo ao rosa pálido. Organizado de maneira “progressista”, o esporte poderia contribuir, por exemplo, para a emancipação das mulheres, combater o racismo e a xenofobia, contribuir para a integração republicana, relançar a mobilidade social e, para terminar, promover a “cultura”. Haveria, dessa forma, um esporte verdadeiro, um esporte educativo, um esporte purificado, um esporte com cara humana, em suma, uma Essência ou Idéia platônica do esporte que se oporia aos lamentáveis excessos, abusos, vícios e desvios do esporte realmente existente. A realidade bastante sórdida das negociatas, do *doping*, dos resultados combinados e da corrupção encarrega-se, é claro, de corrigir periodicamente esses mercadores de ilusões. (BROHM, 2004, p. 3)

Quanto à segunda visão, Brohm a denomina de consenso esportivo:

A segunda expressão da ideologia da neutralidade ideológica, ainda mais maciça, reconstitui-se periodicamente nas aclamações unânimes do “consenso esportivo”. O gregarismo, a massificação, a mobilização total, senão totalitária, das multidões que os feitos fabulosos dos deuses do estádio fazem “vibrar de felicidade” – como ainda recentemente, por exemplo, a vitória da Tunísia na Copa da África de futebol – supostamente provam o universalismo do “ideal esportivo” ou da “idéia olímpica”. É bastante constrangedor, portanto, ver intelectuais, em geral mais críticos, juntarem-se à matilha dos fanáticos por músculos, incapazes de explicitar as funções políticas reacionárias dessa esportivização das mentes, dessa intoxicação emocional fictícia em torno de “nossos” campeões. (BROHM, 2004, p. 4)

Percebe-se, assim, que a crítica de Brohm ultrapassa a vinculação entre esporte e capitalismo, mas reside em questionar os próprios fundamentos do fenômeno esportivo. Isso é visualizado por Vaz, 2007, quando situa Brohm dentre o rol dos novos teóricos críticos do esporte dos anos 1960, pois

O que diferenciava decisivamente os então novos teóricos críticos do esporte de seus antecessores de décadas anteriores é que aqueles não colocavam em jogo apenas o esporte tal como os "capitalistas" e "aristocratas" o realizavam. Não propuseram, por exemplo, *Jogos Olímpicos dos Trabalhadores*, como as associações obreiras haviam feito e levado em frente. Não era o esporte de tipo "burguês" que deveria ser criticado, mas o esporte em si mesmo, como uma expressão da sociedade burguesa. É nesse quadro que se diferenciam também as críticas desse grupo em relação ao esporte praticado no "socialismo real". (VAZ, 2007, p. 3)

Aqui fica explícita uma das principais críticas de Brohm ao fenômeno esportivo: a sua utilização ideológica por parte do Estado (capitalista ou socialista). Como exemplos o autor destaca o caso da Argentina em 1978:

Por uma série de equações perversas, a ideologia esportiva ousa até identificar o ideal à sua negação pura e simples. Foi dessa forma que, na Argentina, a "liberdade de jogar", comemorada em 1978 por todos os amadores do esporte bretão, foi, sobretudo, uma operação de propaganda em favor da ditadura fascista de Jorge Rafael Videla, avalizada pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) e todos os torcedores do fato consumado. (BROHM, 2004, p. 7)

E o caso das Olimpíadas como demonstração do aparelhamento ideológico do esporte pelo Estado:

Da mesma forma, foi em nome do "ideal olímpico" que aconteceram os Jogos da cruz gamada em Berlim, em 1936, os Jogos stalinistas de 1980, em Moscou, os Jogos policiais de Seul, em 1988. E será ainda à "fraternidade olímpica" que Atenas dedicará, em agosto de 2004, a reunião "pacífica" de uma interminável corte de "Estados delinqüentes", ditaduras de republiquetas e regimes policiais que procurarão conseguir medalhas, honras e considerações, sob a proteção cerrada de milhares de militares e agentes dos serviços de segurança,

mobilizados para prevenir atentados terroristas. (BROHM, 2004, p. 7)

Como será visto mais adiante, ao discutir as teorias de Elias e Bourdieu, é necessário relativizarmos a críticas feitas por Brohm ao fenômeno esportivo. Muito provavelmente, como alerta Alexandre Vaz (2007), a crítica formulada por Brohm desconsidera alguns aspectos das teses dos frankfurtianos. Esta ressalva fica clara ao verificarmos que Adorno não conferia este caráter absolutamente reprodutor ao esporte. Na visão de Adorno:

O esporte é ambíguo, por um lado, ele pode ter efeito contrário à barbárie e ao sadismo, por intermédio do fairplay, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o sadismo, principalmente no caso dos espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e à disciplina do esporte; são aqueles que costumam gritar nos campos esportivos. (ADORNO,2000:127)

Partindo da contribuição do filósofo frankfurtiano, é possível visualizar os valores associados à prática esportiva que mais se adéquam à hegemonia da classe dominante e os valores que podem contribuir para o reforço dos movimentos de contra-hegemonia no sentido de projetos alternativos à sociedade do capital.

Além da crítica de Vaz, a dimensão do fenômeno esportivo criticada por Brohm toma como única possibilidade o esporte de rendimento. Ele esquece que o esporte não deixa de ser um jogo, e neste sentido pode ser desenvolvido em uma perspectiva lúdica e formativa.

Ainda que a análise de Brohm seja uma crítica profunda e radical do modelo de esporte e mesmo que auxilie a desvelar as relações mercantilizadoras a que se impõe a prática esportiva na contemporaneidade, ela deixa no ar uma pergunta inquietante: por quais processos e mecanismos é possível ao Estado e ao grande capital este aparelhamento do fenômeno esportivo?

Para tentarmos responder esta questão, é necessário estabelecer o diálogo com outras perspectivas no interior do campo sociológico, ampliando e relativizando as críticas de Brohm. Ainda no campo do marxismo, Bracht, 2005, agrupa<sup>14</sup> outras críticas de orientação marxista. No entanto, veremos que estas análises também carregam em sua essência a noção de que o esporte essencialmente reproduz os valores das classes dominantes.

Cabe aqui destacar a crítica do fenômeno esportivo do ponto de vista do que o autor denomina marxismo ortodoxo. Nesta perspectiva, o esporte é abordado como reproduzidor da força de trabalho. O esporte é considerado como um dos componentes do tempo livre ou do lazer, abrangendo a problemática mais ampla da relação trabalho-lazer.

Esta crítica, como ressalta Bracht, diferentemente daquela com base na orientação frankfurtiana, não coloca em xeque o conteúdo interno do esporte. Ou seja, não critica o efeito ideológico do esporte de rendimento, seu efeito sobre o nacionalismo ou a ideologia difundida a partir do esporte.

Outra perspectiva no campo do marxismo é a que toma como base a concepção gramsciana de hegemonia. Nesta vertente, o esporte faz parte da consolidação da hegemonia dos valores dominantes. A hegemonia na visão gramsciana é considerada como a própria organização da cultura conforme os valores e a visão de mundo das classes dominantes, ou seja, a hegemonia é

---

<sup>14</sup> Cabe destacar que na obra citada o autor descreve de maneira ampla as principais vertentes da discussão no campo da sociologia do esporte, passando por variados enfoques, dentre eles a abordagem weberiana e abordagem marxista.

a elaboração de uma nova *civiltá*, uma reforma intelectual e moral. Trata-se da criação de um “terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna” da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e organizador. Partido não no sentido jurídico-formal, mas como intelectual coletivo. O caráter classista é vital. Esse intelectual coletivo organiza e expressa a ação de uma classe ainda que esta procure ser o horizonte ideológico de toda a formação social. Sua tarefa é a da construção das respostas/soluções adequadas aos problemas colocados pelo real à sua classe (DIAS, 2006, p. 92)

Nesta visão, o esporte contribui para a construção e manutenção da hegemonia de classe. No entanto, Bracht relativiza esta formulação, pois no âmbito da cultura não é fácil generalizar os elementos que contribuem para o reforço da hegemonia ou para estabelecer resistências contra-hegemônicas.

Como vimos até aqui, a compreensão do esporte passa pela necessária análise dos processos que levaram a configuração social capitalista a assumir a forma predominante de metabolismo social. A crítica de orientação marxista nos auxilia a ver como o esporte contribui na reprodução das relações de poder estabelecidas.

A delimitação existente na legislação brasileira, ampliando o tratamento do esporte para além de sua dimensão do rendimento é um dos sinais do impacto desta crítica no campo esportivo. Assim, tomamos como categorias importantes desta crítica a competição exacerbada, a mercantilização crescente do esporte e seu aparelhamento ideológico por parte do Estado

Por outro lado, a análise com base nos tipos ideais de Weber, destacados em Guttmann, pode auxiliar na compreensão das principais características que definem o esporte de rendimento nas formações sociais modernas. Portanto, a tese de que o esporte seja pura e simples reprodução dos valores dominantes não deixa a possibilidade dialética do estabelecimento da resistência e da contra-hegemonia, pois termina por contemplar somente um aspecto do fenômeno esportivo. Cabe, desta forma, investigar as condições

em que esta reprodução pode ocorrer e em quais condições pode ocorrer resistência. É nesta dialética da reprodução/resistência que passamos a discutir as contribuições de Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

## **1.2 – O Processo Civilizador de Norbert Elias e o fenômeno esportivo**

Em uma perspectiva culturalista, as formulações de Norbert Elias auxiliam na compreensão do fenômeno esportivo e sua relação com as políticas sociais. O sociólogo alemão traçou importantes estudos acerca da gênese do esporte e de seu desenvolvimento no interior da sociedade capitalista. Suas teses sobre a gênese do esporte moderno permitem superar a polarização entre a integração completa promovida pelo esporte e a reprodução simples e pura da dominação por meio do esporte.

Além disso, no interior de sua teoria sobre o Processo Civilizador, Elias, assim como Marx e Weber, confere papel relevante à consolidação dos Estados modernos para o desenvolvimento da formação social capitalista. Compreender como Elias situa o fenômeno esportivo no quadro deste processo civilizatório, é fundamental para compreender como e por que o esporte tem sido aparelhado pelos Estados e pelos grandes capitais.

Do ponto de vista de sua teoria, Elias aponta que a sociologia dividiu-se em teorias objetivistas, que enfatizam a primazia da sociedade, e teorias subjetivistas, que enfatizam o peso do indivíduo. Assim, para os subjetivistas “parte das pessoas aborda as formações sócio-históricas como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas tal como agora se apresentam ao observador retrospectivo, por diversos indivíduos ou organismos.” (ELIAS, 1994a, p.13). Noutra vertente, o campo objetivista:

despreza essa maneira de abordar as formações históricas e sociais. Para seus integrantes, o indivíduo não desempenha papel algum. Seus modelos conceituais são primordialmente extraídos das ciências naturais; em particular, da biologia. Mas nesse caso, como tantas vezes acontece, os modos científicos de pensamento misturam-se, fácil e imperceptivelmente, com os modos religiosos e metafísicos, formando uma perfeita unidade. A sociedade é concebida, por exemplo, como uma entidade orgânica supra-individual que avança inelutavelmente para a morte, atravessando etapas de juventude, maturidade e velhice. (ELIAS, 1994a, p. 14)

Para Elias, ainda que esta seja uma separação de cunho analítico, não existe uma sociedade sem indivíduos e muito menos indivíduos sem sociedade. No lugar da dicotomia clássica, ele destaca a noção das cadeias de interdependência, ressaltando-se o caráter relacional entre indivíduo e sociedade.

Categoria importante para Elias é o *habitus*, considerado como uma segunda natureza das pessoas e internalizado por meio do processo civilizador. O estudo da sociedade passa, assim, por duas dimensões: a sociogênese e a psicogênese. Com isso o autor aponta como devemos considerar as relações entre indivíduo e sociedade, pois caso não consigamos pensar em termos de relações e funções, sempre acabaremos por reproduzir o binômio indivíduo/sociedade:

Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais. Esses e muitos outros fenômenos têm uma coisa em comum, por mais diferentes que sejam em todos os outros aspectos: para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções. E nosso pensamento só fica plenamente instrumentado para compreender nossa experiência social depois de fazermos essa troca. (ELIAS, 1994a, p.25)

Elias toma como base estudos de longa duração, sendo o principal a sua teoria do processo civilizador, no qual as tensões e a competição geram a diferenciação de funções no interior da sociedade. Progressivamente, a sociedade passa por um processo de autocontrole de suas emoções e impulsos, que culmina no comportamento civilizado. O ápice deste processo civilizatório é a consolidação do Estado moderno. Também o fenômeno esportivo faz parte deste processo de autocontrole de impulsos.

Elias consegue destacar e demonstrar a transição da sociedade de corte na Europa para a sociedade burguesa como um longo processo marcado mais por continuidades do que por rupturas. O autor descreve seu pensamento da seguinte forma:

O primeiro volume [de *O Processo Civilizador*] concentra-se, acima de tudo, na questão de saber se a suposição, baseada em observações dispersas, de que há mudanças a longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares – mudanças que se desenvolvem de uma única e mesma direção durante grande número de gerações – pode ser confirmada por evidência fidedigna e encontrar comprovação factual. Este volume, por conseguinte, contém um relato de procedimentos e achados sociológicos, cujo equivalente mais conhecido das ciências físicas são o experimento e seus resultados. Diz respeito à descoberta e elucidação do que realmente ocorre no campo da indagação ainda não explorado com o qual se relacionam nossas questões: a descoberta e definição de ligações factuais. (ELIAS, 1994b, p.215)

Já no segundo volume de *O Processo Civilizador*, Elias constrói a relação pela qual essas mudanças iniciais se cristalizam em estruturas de controle:

A demonstração de uma mudança em emoções e estruturas de controle humanas que ocorre ao longo de muitas gerações, e na mesma direção – ou em curtas palavras, o aumento do reforço e diferenciação dos controles – gera outra questão: é possível relacionar essa mudança a longo prazo nas estruturas da personalidade com mudanças a longo prazo na sociedade como um todo, que de igual maneira tendem a uma direção

particular, a um nível mais alto de diferenciação e integração social? O segundo volume trata destes problemas. (ELIAS,1994b, p.215)

A formação dos Estados nacionais para Elias configura-se como o ápice do processo civilizador. Resgatando a concepção weberiana do papel do Estado como detentor do monopólio da violência legítima, Elias concentra na formação do Estado a canalização das pulsões humanas bem como o seu controle. A questão que se coloca para o autor é como encontrar na realidade elementos para evidenciar mudanças estruturais relacionadas ao processo civilizador. Nas palavras de Elias:

No tocante a essas mudanças estruturais a longo prazo da sociedade, falta também prova empírica. Tornou-se, por conseguinte, necessário no segundo volume dedicar parte do mesmo à descoberta e elucidação das ligações factuais nesta segunda área. A questão é se uma mudança estrutural da sociedade como um todo, tendendo a um nível mais alto de diferenciação e integração, pode ser demonstrada com ajuda de evidência empírica confiável. Isso se revelou possível. O processo de formação dos Estados Nacionais, discutido no segundo volume, constitui um exemplo desse tipo de mudança estrutural. (ELIAS,1994b, p. 215)

O processo civilizador<sup>15</sup> tem como centro a formação do Estado, a democratização funcional, a elaboração e o refinamento das condutas e padrões sociais, o aumento da pressão social sobre as pessoas para exercer o autocontrole na sexualidade, e o aumento da importância da consciência como reguladora do comportamento (Elias e Dunning, p.30, 1985). Esta análise é obtida pelo estudo da sociogênese e da psicogênese. A sociogênese é

---

<sup>15</sup> Cabe destacar que Elias construiu sua Teoria do Processo Civilizador tomando como base a sociedade européia. Neste sentido, é importante considerar a importância de aplicar suas categorias em outras realidades, tomadas as devidas precauções para não efetuarmos generalizações.

considerada do ponto de vista das mudanças nas estruturas sociais. A psicogênese é pensada como uma mudança na estrutura da personalidade e nos comportamentos, que resultou na regulamentação e controle dos impulsos.

O Esporte, considerado como parte da moderação da violência, insere-se em um processo complexo, no qual

os modelos sociais de conduta e de sensibilidade, particularmente em alguns círculos das classes sociais altas, começam a transformar-se muito drasticamente, numa direção específica, desde o século XVI em diante. O domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangendo tudo, mas, também, mais regular, mais moderado e banindo quer excessos de autopunição quer de autocomplacência. (ELIAS, p. 41, 1985)

Nesta perspectiva, Elias situa o surgimento do esporte moderno no contexto da pacificação da sociedade inglesa, no qual se deu a canalização dos conflitos para o parlamento. A transformação dos passatempos em esportes e sua posterior expansão para outros países é um dos exemplos de avanço do processo civilizatório. Elias ressalta que todas as sociedades desenvolvem contramedidas no sentido do alívio de suas funções rotineiras. Esse caráter das atividades esportivas remete para as atividades desenvolvidas nos momentos de lazer ou de tempo liberado das obrigações laborais.

Nesta linha de raciocínio, podemos afirmar que o esporte, bem como outros tipos de atividades desenvolvidas fora do âmbito do trabalho, desempenhou funções de alívio no interior de cada formação social. No caso do fenômeno esportivo, a busca pela excitação é o traço principal desta manifestação, pois os controles dos impulsos e da libido são mais fortes em nossa formação social.

Portanto, todas as sociedades desenvolveram estas medidas de contrapressão em relação às atividades relacionadas ao mundo trabalho. Para

o autor, o esporte moderno contém características próprias, ao mesmo tempo em que suas funções foram preenchidas por outras manifestações em formações sociais anteriores. O esporte moderno, neste caso, não representa uma ruptura completa em relação a outras atividades, nem tampouco é uma continuidade linear e progressiva daquelas atividades.

Esta compreensão fornece elementos para avançarmos na compreensão de que o esporte não deve ser tratado como mero reprodutor das relações de poder. Ao considerá-lo em um processo de longa duração, o esporte é apresentado como manifestação que responde ao nível de civilidade das formações sociais modernas.

Outro aspecto interessante da abordagem de Elias é o tratamento dado à categoria competição. Diferentemente da crítica de orientação marxista de Brohm, a competição esportiva não é vista direta e mecanicamente como um reflexo do capitalismo. Se analisarmos os jogos populares do período anterior ao capitalismo, constataremos que nestes também havia competição. Ou seja, também existe uma disputa, em que uns ganham e outros perdem. Tais competições atendem ao controle dos impulsos e pulsões humanas, chegando inclusive a simular formas de luta. Assim, partilhamos da visão de Elias ao afirmar que em todas as formas de desporto

os seres humanos lutam entre si direta ou indiretamente. Algumas formas de desporto cujas intenções se parecem profundamente com as de um confronto real entre grupos hostis, têm uma propensão muito forte para desencadear emoções, para evocar excitação. Por esse motivo, elas representam um exemplo particularmente vigoroso de um dos principais problemas de muitos desportos: como conciliar, por meio dos objetivos do desporto, duas funções contraditórias – por um lado, o prazer de desencadear sentimentos humanos, a evocação plena de uma excitação agradável, e, por outro, a conservação de um conjunto de dispositivos de vigilância para manter o agradável descontrolo de emoções sob controle. (ELIAS, 1985, p. 80)

No entanto, Elias destaca a erosão dos valores amadores do esporte em detrimento das estruturas profissionais. Esta crítica o aproxima da crítica de Brohm e de Guttmann em torno da crescente especialização do esporte bem como de sua acelerada mercantilização. Porém, além deste aspecto, Elias e Dunning mostram como o esporte toma parte cada vez maior na vida das pessoas, chegando a assumir quase que um caráter religioso. Este caráter em grande medida se contrapõe a tese da secularização do fenômeno esportivo.

A orientação a que me refiro abrange a gradual e, tudo parece indicá-lo, inevitável erosão das atitudes, valores e estruturas amadoras e a sua correlativa substituição por atitudes, valores e estruturas que são profissionais em qualquer sentido do termo. Analisada ainda de outro ângulo, é uma orientação segundo a qual o desporto vem se transformando, por todo o mundo, de instituição marginal e pouco valorizada em instituição central e muito valorizada, uma instituição que para muitas pessoas parece ter um significado religioso ou quase religioso, na medida em que se tornou uma das principais, senão a principal, fonte de identificação, significado e gratificação das suas vidas. (DUNNING, 1985,p. 299)

Elias e Dunning traçam também uma relação entre esporte e guerra, ou seja, entre o grau de violência nas sociedades modernas e a consolidação do esporte como mecanismo de canalização dos impulsos violentos:

Desporto, guerra e emoções podem parecer um saco de farrapos tópicos esquecidos, mas, se refletirmos um pouco sobre isso, verificamos que existem, possivelmente, sobreposições significativas entre eles. Deste modo, o desporto e a guerra envolvem formas de conflito que se encontram entrelaçadas, de maneira sutil, com formas de interdependência, de cooperação e com a formação do “nosso grupo” e do “grupo deles”. Aliás, tanto um quanto outro podem desencadear quer emoções de prazer quer de sofrimento e compreendem uma mistura complexa e variável de comportamento racional e irracional. (DUNNING, 1985, p. 16)

Portanto, do ponto de vista da abordagem de Elias não é possível estudar o fenômeno esportivo descolado do contexto de desenvolvimento da sociedade, em particular nas configurações do esporte e da sociedade moderna. Abordar o esporte como se fosse autônomo frente às demais dimensões da vida social proporciona uma análise sem sentido. Para Elias:

Os estudos do desporto que não sejam simultaneamente estudos da sociedade são análises desprovidas de contexto. O aumento da especialização contribuiu para que temas como desporto ou sociedade pareçam assumir uma identidade própria. Existem especialistas do estudo da sociedade, especialistas do estudo da personalidade e muitos outros, cada grupo a trabalhar como se estivesse na sua própria torre de marfim. Dentro dos seus limites, cada grupo produz, sem dúvida, importantes resultados de pesquisa, mas existem vários problemas que não podem ser explorados dentro das fronteiras de uma única especialidade. A relação entre o desenvolvimento dos passatempos com características de desportos, no século XVIII, constitui um bom exemplo (ELIAS, 1985, p. 48)

Assim, a perspectiva de Elias permite visualizar o fenômeno esportivo na longa duração, não levando ao extremo uma ou outra das características do esporte moderno, tal qual o fez Brohm. Do ponto de vista do processo civilizador, o esporte caminha de acordo com o desenvolvimento das estruturas sociais em longo prazo (sociogênese) e com as mudanças nas estruturas da personalidade humana (psicogênese).

Para avançar no entendimento destes dois processos, as categorias *habitus* e campo, trabalhadas por Bourdieu, abrem caminho para a compreensão dos conflitos que se travam pela legitimidade das concepções acerca do fenômeno esportivo.

### 1.3 – A contribuição de Pierre Bourdieu para a análise do fenômeno esportivo

No mesmo caminho aberto pela contribuição de Elias, a contribuição de Pierre Bourdieu é fundamental para a compreensão da forma como o esporte se incorpora ao cotidiano dos atores sociais nas sociedades modernas. Ao trabalhar as categorias *habitus*, campo, poder simbólico e distinção, Bourdieu abre caminho para visualizarmos o esporte a partir da vivência de seus praticantes e em conjunto com as relações de poder entre as classes em um determinado contexto.

Bourdieu cria uma teoria que ele próprio veio a chamar de “praxiológica” ou “construtivismo estruturalista” (BOURDIEU, 1990, p.149). O autor absorve do estruturalismo a relevância dos sistemas de relações para compreender os fenômenos sociais e utiliza os clássicos para levar em conta a dimensão simbólica da ordem social, assim definindo sua construção teórica:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. – , estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (BOURDIEU, 1990, p. 149)

A sociedade é vista por Bourdieu sob dois ângulos. Em um primeiro, como um espaço pluridimensional em que se posicionam os grupos sociais. Em um segundo, como um mecanismo que produz dominação (violência simbólica) e cujo funcionamento é encoberto pela ignorância coletiva. Para Bourdieu o estruturalismo reduz a ação dos sujeitos a simples execução das

normas da estrutura. Em contrapartida, o subjetivismo coloca os sujeitos fora de um espaço de poder. Através desta crítica, ele introduz as relações de desigualdade, de poder nos sistemas simbólicos. Desta forma, o conhecimento praxiológico visa articular dialeticamente o ator social e a estrutura social:

A problemática teórica dos escritos de Bourdieu repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade. Por isso Bourdieu considera o problema dos métodos epistemológicos como uma discussão que oscila entre dois tipos de conhecimentos polares e antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia. Enquanto a perspectiva fenomenológica parte da experiência primeira do indivíduo, o objetivismo constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais. A antiga polêmica entre subjetivismo e objetivismo emerge, portanto, como ponto central para a reflexão de Bourdieu; para resolvê-la, explicita-se um outro gênero de conhecimento, distinto dos anteriores, que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social. A este tipo de abordagem epistemológica Bourdieu chama de conhecimento praxiológico... (ORTIZ, p. 8, 1983)

O social é para Bourdieu a relação dialética entre *habitus* e campo. O *habitus* configura-se como um princípio que estrutura a percepção e o modo de agir dos agentes sociais. O *habitus* é a história objetivada nos corpos, sob a forma de um sistema de disposições duráveis. O campo configura-se em um universo no qual as características dos agentes são definidas pelo lugar que ocupam em certo espaço de relações objetivas. Com isso, Bourdieu trabalha com as noções de exteriorização da interioridade (campo) e interiorização da exterioridade (*habitus*).

Os *habitus* são também elementos de distinção entre os agentes sociais, seja dentro de um mesmo campo ou entre campos diferentes, conforme o capital disponível a cada agente social. Isto permite estabelecer uma fértil ligação entre a apropriação dos diversos tipos de capital e a posição de classe ocupada pelos indivíduos. Assim, para Bourdieu:

Tendo por objetivo determinar como a disposição culta e a competência cultural apreendidas através da natureza dos bens consumidos e da maneira de consumi-los variam segundo as categorias de agentes e segundo os terrenos aos quais elas se aplicam, desde os domínios mais legítimos, como a pintura ou a música, até os mais livres, por exemplo, o vestuário, o mobiliário ou o cardápio e, no interior dos domínios legítimos, segundo os mercados, escolar ou extra-escolar, em que são oferecidas, estabelece-se dois fatos fundamentais: por um lado, a relação estreita que une as práticas culturais (ou as opiniões dos agentes) ao capital escolar (avaliado pelos diplomas obtidos) e, secundariamente, à origem social (apreendida através da profissão do pai); e, por outro, o fato de que, no caso de capital escolar equivalente, aumenta o peso da origem social no sistema explicativo das práticas ou das preferências quando nos afastamos dos domínios mais legítimos. (BOURDIEU, p. 18, 2006)

Bourdieu abarca assim os conflitos no interior dos campos como disputas pelo monopólio da legitimidade. Emerge aqui o conflito entre ortodoxos e heterodoxos. O campo não se desintegra porque ambos os lados do conflito possuem interesse em sua manutenção, partilhando um mínimo de interesses comuns, ainda que este seja apenas a manutenção do campo. A relação entre dominantes e dominados repousa no poder simbólico exercido por aqueles:

Os sistemas simbólicos devem sua força ao facto de as relações de força que nele se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação). O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, p.14, 2007)

A teoria de Bourdieu possibilita a compreensão mais ampla dos conflitos sociais. Ao delimitar e aprofundar a questão do conflito no interior do campo é possível estabelecer uma análise mais próxima do cotidiano e compreender o conflito em múltiplas dimensões do social. Por outro lado, Bourdieu considera a o monopólio da violência legítima o objeto de disputa entre as classes sociais e frações de classe:

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo integral) e na qual está em jogo o monopólio da violência legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (BOURDIEU, 1997, p. 12)

Considerando o esporte nesta perspectiva, a prática de determinadas manifestações esportivas, bem como a concepção hegemônica desta prática, passam a ser objeto da disputa pelas classes sociais. O pensamento de Bourdieu permite ver como uma determinada forma de manifestação corporal, com seus valores e representações, assume a legitimidade perante nossa formação social. Para Bracht, 2005:

O interesse de Bourdieu concentra-se, principalmente, na relação entre cultura, dominação e desigualdades sociais, pois em seus olhos a cultura não é uma esfera inocente e, sim, um meio importantíssimo para a reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista desenvolvida. (BRACHT, 2005, p. 49)

O fenômeno esportivo, nesta linha de raciocínio, contém os elementos da cultura dominante, reproduzindo seus valores e contribuindo para a dominação de classes. Para Souza, 2003,

O melhor do talento investigativo de Bourdieu é dedicado precisamente a desvelar e revelar as formas opacas e distorcidas nas quais a luta de classes e entre frações de classes assumem na modernidade tardia. Essa estratégia de desilusionismo tem como fio condutor desconstruir as máscaras que constituem a base da dominação e da opressão social no sentido mais amplo e que garantem sua legitimidade e aceitação. O desafio seria demonstrar, como diz Mauss, numa bela citação amada e repetida várias vezes por Bourdieu: “Como as sociedades continuamente se pagam com a moeda falsa dos seus sonhos”. (SOUZA, 2003, p.41)

Desta maneira, independente de suas manifestações, o esporte será a síntese das relações e das lutas que se estabelecem entre as classes e suas frações pelo monopólio legítimo de seus significados, bem como da sua prática mais adequada. Isso inclui o papel do Estado e das políticas públicas voltadas ao esporte. No texto *Programa para uma Sociologia do Esporte*, Bourdieu indica como podemos pensar o universo esportivo em sua relação com as estruturas sociais:

É que esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não se aplicam só a ele. (BOURDIEU, 1990, p. 210)

Com a contribuição de Bourdieu podemos apreender o fenômeno esportivo de forma diferenciada da visão dicotômica da relação

continuidade/descontinuidade (assim como em Elias). Assim, o esporte nem é simples reprodução dos valores ligados à lógica do capital, como também por si só não é o redentor de inúmeras mazelas sociais. Também podemos considerar dentro do campo do esporte a disputa entre esporte de rendimento e esporte de participação. Os ortodoxos ligam-se à primeira visão do esporte, ao passo que os heterodoxos vinculam-se à segunda visão.

Como foi visto até aqui, podemos sintetizar três vertentes principais de abordagem do fenômeno esportivo (BRACHT, 2002): uma que lhe confere uma autonomia excessiva frente às demais dimensões da vida social, e assim seria universal e neutro, e outra que confere ao esporte um papel por excelência de reprodução dos valores hegemônicos na formação social capitalista.

Em contraposição a estas duas visões, que acabam por engessar a compreensão do esporte, vimos como Elias e Bourdieu contribuem para superar esta dualidade entre neutralidade e reprodução. Para Elias o esporte responde a um determinado patamar de civilidade de uma determinada época, não sendo a priori neutro nem tampouco mero reproduzidor dos valores dominantes. Para Bourdieu, o significado da prática esportiva passa pelas disputas travadas no interior do campo esportivo, nas quais os heterodoxos tentam se contrapor a lógica ortodoxa ligada ao esporte de rendimento.

Desta forma, o fenômeno esportivo carrega características da sociedade capitalista. Porém, tais características estão presentes na sociedade como um todo, e não somente no esporte. Portanto, o esporte não pode ser mais que o próprio meio social, ou seja, não pode estar à frente das relações sociais que o engendraram. Assim, pensar o fenômeno esportivo do ponto de vista da dialética significa considerar não somente seus elementos de reprodução da ordem estabelecida, mas também como é possível que ele contribua com processos emancipatórios.

A prática esportiva pode pautar-se tanto pela competição quanto caracterizar-se como atividade “desinteressada” desenvolvida nos momentos liberados do trabalho. Isso remete ao fato de que os significados do esporte dependem inevitavelmente da concepção hegemônica de esporte difundida na

sociedade. Ao mesmo tempo, isso não significa que não seja possível o desenvolvimento de outros valores a partir do esporte. Desconsiderar esta possibilidade significa descartar o princípio dialético da contradição.

O esporte constitui um sistema que comporta diferentes instituições e sujeitos sociais, que se encontram, direta ou indiretamente, envolvidos com as variadas formas de consumo e de prática esportiva (LINHALES, 1996). A política de esporte será resultado das tensões entre os variados setores envolvidos com o fenômeno esportivo e seu poder de pressão e organização frente ao Estado. Para Linhales:

A emergência de programas e projetos esportivos endereçados às populações de menor poder aquisitivo guarda estreita relação com os graves problemas que afetam a sociedade brasileira. Os efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, associados à crescente participação dos jovens na criminalidade urbana violenta, fazem com que o esporte seja utilizado em programas públicos como estratégia capaz de conter ou disfarçar as mazelas sociais (LINHALES, 1996, p.32).

Para Bracht 2005, algumas das características do esporte permitem sua maior utilização pelo Estado, principalmente em sua dimensão de alto rendimento, instrumentalizando politicamente o esporte pelo poder institucionalizado. Assim, para Bracht:

o esporte é uma atividade com um conjunto de regras de fácil compreensão, ao contrário por exemplo, das regras do jogo político que são complexas e muitas vezes não transparentes; o esporte oferece à população uma possibilidade de identificação com um coletivo, neste caso através da categoria da nação; o esporte cria um mundo dentro do mundo – ou seja, por momentos torna sem efeito o princípio da realidade, permitindo, principalmente ao espectador, uma compensação para o mundo do trabalho; através da medida dos rendimentos dos “corpos” dos atletas, as nações podem medir seus rendimentos de forma inequívoca, o que fornece uma dimensão política ao mecanismo de identificação. (BRACHT, 2005, p. 72)

Desta forma, é importante construirmos uma tipologia<sup>16</sup> dos princípios presentes no fenômeno esportivo. De um lado podemos elencar as características que mais atendem ao projeto de manutenção das relações de poder vigentes na sociedade e, de outro, aquelas que podem contribuir para a construção de novas formas de sociabilidade, nas quais os princípios ligados à lógica da competição exacerbada e da mercantilização das práticas corporais sejam contestados.

A tipologia é construída tomando como base duas categorias às quais cada um dos modelos mais se adequaria: o esporte de rendimento e o esporte de participação ou de lazer. Estas, por sua vez, se articulam com o campo ortodoxo e heterodoxo, respectivamente. Considerando a definição da Política Nacional do Esporte, 2005, em relação ao Esporte Educacional<sup>17</sup>, podemos agrupá-lo com o esporte de participação, uma vez que ambos possuem afinidades.

---

<sup>16</sup> “Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema que possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual de mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada”. WEBER, 1999, p. 140

<sup>17</sup> Esporte Educacional – Aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Política Nacional de Esporte, 2005).

Quadro 2 – Quadro comparativo: Esporte de rendimento x Esporte Participação/Esporte educacional

Esporte de rendimento	Esporte de participação Esporte educacional
Rendimento	Participação/lazer
Hipercompetitividade	Ludicidade
Seletividade	Democratização
Especialização	Desenvolvimento integral
Quantificação/recorde	Atividades assistemáticas
Mercantilização	Socialização

Conforme a tipologia construída, o segundo modelo (participação/educacional) possui mais afinidades com a perspectiva da política social. Por não visar à seleção de talentos, suas ligações com os princípios da conquista da cidadania em um país desigual como o Brasil se afluam em maior escala. Com isso, passamos a investigar como a política de esporte e lazer relaciona-se com este dois modelos e como o PST, de forma mais específica, tem se desenvolvido na dimensão do esporte educacional.

Para tanto, veremos o tratamento dado ao setor esportivo pelo Estado brasileiro, qual o contexto da construção do Ministério do Esporte, e seus impactos na política de esporte e lazer no país.

## **CAPÍTULO 2 – O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE ESPORTE**

Marx em sua análise do golpe de Luis Bonaparte, na obra “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, embora problematizando a sociedade francesa do século XIX, descreveu uma dimensão do aparelho de Estado mais complexa e mais elaborada do que a apresentada no Manifesto Comunista (“Estado como balcão de negócios da burguesia”), na qual podemos identificar a idéia da relação dialética entre coerção e consenso:

Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa... (MARX, 1997, p.125)

A consolidação do Estado moderno e sua máquina burocrática constituem a forma acabada de centralização do poder governamental, pela qual as mais variadas atividades são organizadas, estabelecendo a “*unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental...*” (MARX, 1997, p. 125).

E Marx prossegue em outra passagem:

Todo interesse comum era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral, retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformada em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e a universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar,

juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. (MARX, 1997, p. 126)

Assim, a centralização do poder é aspecto fundamental de qualquer teoria acerca do Estado moderno. Para Torres:

O traço distintivo da política moderna seria menos a fundação prática de princípios democráticos – seja sob a forma republicana, seja nas chamadas monarquias constitucionais – do que a centralização administrativa e a construção, passo a passo da nova burocracia. (TORRES, 1989, p. 23)

Pensando de forma ampliada as relações entre Estado e Sociedade, as contribuições do marxista italiano Antonio Gramsci acerca da relação entre sociedade civil e sociedade política auxiliam na compreensão do Estado contemporâneo. Tais contribuições devem ser analisadas nos marcos da relação existente entre estrutura e superestrutura no âmbito do marxismo. Pensar o Estado como simples instrumento da dominação burguesa reproduz desvios economicistas que podem nos desarmar na tarefa de entendimento do caráter do Estado em nossos dias. Assim, para Dias:

O Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasses) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política. As classes subalternas, se assim procedem, ficam prisioneiras de um politicismo des-historicizado, irmão gêmeo do economicismo: formas do mais acabado pensamento burguês. (DIAS, 2006, p. 23)

Desta forma, o estudo das relações entre sociedade civil e sociedade política reside na relação dialética esclarecida por Gramsci em torno das análises entre estrutura e superestrutura, em consonância com a noção de bloco histórico e hegemonia. Segundo Portelli:

O estudo das relações entre estrutura e superestrutura é o aspecto essencial da noção de bloco histórico. Gramsci, porém, jamais concebeu tal estudo sob a forma da primazia de um ou outro elemento desse bloco, como frequentemente consideram alguns de seus estudiosos. Nesse caso, o conceito de bloco histórico teria como único objeto a definição da ortodoxia marxista, taxando de economicista ou idealista quem se detivesse por muito tempo em um ou outro momento do bloco histórico. (PORTELLI, 1987, p. 15)

Neste sentido, só é possível falarmos em bloco histórico ao constituir-se uma nova hegemonia, na qual determinada classe dirigente consegue efetivar o vínculo necessário entre a estrutura produtiva e as formas cotidianas de vida condizentes com tal estrutura:

Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico. O estudo desse conceito não pode, pois, ser isolado do de hegemonia do bloco intelectual. Só esta concepção do bloco histórico permite captar, em sua realidade social, a unidade orgânica de estrutura e superestrutura (PORTELLI, 1987, p. 16)

Desta forma, Gramsci elabora sua teoria acerca do Estado

como uma unidade articulada de consenso e coerção, pensa-o como produtor da organização/desorganização da totalidade da sociedade. Pensar a sociedade civil como separada da

sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica cindir direção e coerção, mitificando assim os projetos hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável. O conceito de bloco histórico nos permite compreender a necessária articulação entre sociedade civil e sociedade política. (DIAS, 2006, p. 32)

Nesta perspectiva Gramsci aponta como se dá a construção da hegemonia dos valores dominantes. O Estado é encarado não mais como simples instrumento da dominação burguesa, mas como o articulador da vontade e dos interesses da nação em torno dos objetivos das classes dirigentes. Isto remete para o fato de que não é possível a nenhuma formação social sobreviver somente por meio da repressão.

A partir deste enfoque evidencia-se a necessidade da divisão metodológica entre sociedade civil e sociedade política, esclarecida nas linhas abaixo por Portelli:

Sociedade política ou Estado, que corresponde à função de dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico; Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento; governo político..., isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura legalmente a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo (PORTELLI, 1987, p. 30)

Ainda para Portelli é possível distinguir alguns aspectos acerca da configuração da sociedade civil, podendo ser considerada sob três aspectos:

Como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc... Como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore; Como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, “a estrutura ideológica” – isto é, as organizações que criam e difundem – e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, mass media, bibliotecas, etc.) (PORTELLI, 1977, p. 32)

Dentro da perspectiva de Gramsci, o Estado deixa de ser unicamente um instrumento de dominação para ser visto na relação dialética entre consenso e coerção. A construção da hegemonia burguesa se dá pela organização da totalidade social conforme sua visão de mundo. Com isso a sociedade capitalista não deve ser vista na estreiteza de um simples modo de produção, mas como formação social e como construtora de um modo de vida peculiar e historicamente determinado, evitando, mais uma vez, cairmos em desvios economicistas. Dias assim sintetiza o economicismo:

O economicismo é, no plano teórico, o elemento central dessa subsunção. Ele procede por reduções. O conceito de modo de produção apaga o de formação social e é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. Este aparece reduzido à esfera do “econômico”, o conjunto de forças produtivas e relações de produção. As forças de produção são pensadas como tecnologia e apresentadas como base e motor da história. O marxismo é, assim, mutilado, transformado em um conjunto de dogmas. (DIAS, 2006, p. 37)

Desta forma, a construção e consolidação de um novo bloco histórico que contemple as classes subalternas pressupõem a criação de novas formas de civilidade. Gramsci destaca o papel do Estado nesta tarefa:

Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2007, p. 23)

Assim, ao relacionarmos a tarefa formativa do Estado com seu papel de organizador/desorganizador da sociedade temos a possibilidade de compreender como a relação entre esporte, Estado e sociedade se explicita nas políticas sociais concebidas e implementadas pelo Estado brasileiro.

Portanto, a própria concepção do senso comum acerca da cultura e do fenômeno esportivo perpassará os interesses presentes na configuração do jogo político em determinado momento histórico. Sempre levando em conta certa correlação de forças entre as classes em presença e a relação entre força e consenso, como nos lembra Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95)

No âmbito das políticas públicas evidencia-se que estas refletem escolhas e opções tomadas por cada administração pública, configurando-se como a definição de prioridades. Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2007, p. 24). Para responder a estas perguntas se faz

necessário avaliar o próprio papel da política de forma geral nas democracias modernas.

Como vimos até aqui, o Estado não pode ser visto unilateralmente do ponto de vista das classes dominantes. Pensado como simples instrumento da dominação burguesa deixa-se de compreender a necessidade histórica de intervenção no plano das políticas desenvolvidas a partir do Estado. Assim, partilhamos da visão de Boron ao considerar o Estado moderno em suas múltiplas determinações:

Na tradição marxista, ao contrário, o Estado é, simultaneamente: 1. Um pacto de dominação mediante o qual uma determinada aliança de classes constrói um sistema hegemônico susceptível de gerar um bloco histórico; 2. uma aliança dotada de seus correspondentes aparatos burocráticos e capaz de transformar-se, sob determinadas circunstâncias, em um ator corporativo; 3. um cenário da luta pelo poder social, um terreno onde se dirimem os conflitos entre distintos projetos sociais que definem um padrão de organização econômica e social; e 4. o representante dos interesses universais da sociedade e, enquanto tal, a expressão orgânica da comunidade nacional. (BORON, p. 254, 1994)

Portanto, a análise das políticas públicas de esporte desenvolvidas no Brasil, nos dois mandatos do presidente Lula, deve passar pelo estudo dos papéis cumpridos pelo Estado e pelo nível de desenvolvimento do mesmo para o atendimento dos direitos básicos da população brasileira.

A atuação do Estado no Brasil foi relevante para a consolidação dos direitos que nos países centrais configuraram o chamado Estado de Bem Estar Social. No caso brasileiro, e dos países latino americanos de forma geral, é polêmica a própria existência de um Estado de Bem Estar (Draibe, 2007, p. 27). Para um país que apresenta níveis de desigualdade gritantes tornou-se importante a intervenção estatal para a garantia de alguns dos direitos mínimos das massas. Isso não desconsidera estas intervenções como fruto das próprias reivindicações e mobilizações populares desencadeadas pelos setores

oprimidos de nossa sociedade.

Pelo contrário, só podem ser entendidas adequadamente pela pressão em potencial ou em movimento de parcelas significativas da população excluídas dos direitos mais básicos, como educação, saúde, emprego e moradia dentre outros. Esta pressão revela a importância da política social, e da política de uma maneira geral nas sociedades modernas, pois estas são complexas e diferenciadas. Rúa aponta como principal característica das sociedades modernas

a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e freqüentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve ser mantido dentro de limites administráveis. Para isto, existem apenas dois meios: a coerção pura e simples e a política. (RUA, 2010, p. 1)

Nesta perspectiva, analisamos o nível de desenvolvimento do Estado brasileiro e o papel cumprido pelas políticas públicas de maneira geral, bem como as formas pelas quais as políticas de esporte se inserem em um contexto maior, que passa pelo nível de desenvolvimento do Estado brasileiro e pelo projeto de governo desenvolvido nos dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Desta forma, para as autoras abaixo:

O estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as

questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da classe trabalhadora... Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam. (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 43)

Nesta perspectiva, a compreensão do desenvolvimento da política de esporte desenvolvida hoje no Brasil deve situar-se no terreno onde se manifestam e se resolvem os inúmeros conflitos relacionados à concepção legítima da prática esportiva. Neste trabalho tomamos como recorte histórico para estudo das políticas públicas de esporte a transição entre a construção da versão brasileira do chamado Welfare State<sup>18</sup> e o seu desmonte ao longo da década de 1990, momento em que a chamada política neoliberal se fez sentir mais forte no Brasil e demais países da região. Compreender e analisar os impactos da “desertificação neoliberal” em nosso país é ponto central para identificarmos a dialética continuidade/descontinuidade no âmbito das políticas de esporte no Brasil ao longo dos dois mandatos do presidente Lula.

O Estado de bem estar social representou a síntese do período de crescimento do capitalismo no período pós-segunda guerra, da necessidade de uma contraposição ao socialismo de modelo soviético e principalmente uma resposta às mobilizações e aspirações das massas em relação aos direitos sociais. Em linhas gerais podemos dizer que

O termo “neoliberalismo tem um significado” específico que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70. Essas receitas têm como fonte de inspiração principal as obras de Milton Friedman. Essas idéias por sua vez, remontam

---

<sup>18</sup> Para uma breve introdução da polêmica acerca do Estado de Bem Estar no Brasil e nos países da periferia do sistema capitalista, ver: DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: Políticas Públicas no Brasil. (Orgs) Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

a Hayek e à chamada “tradição austríaca”. Por outro lado, e concomitantemente, ocorre no mundo uma mudança histórica nas relações institucionais entre o Mercado e o Estado e entre as empresas e os mercados. Essa mudança não é fruto de qualquer “projeto neoliberal”. Não se reduz a um mero produto político, tampouco é o efeito de uma determinada ideologia econômica. Trata-se de uma mudança que tem por trás a força de uma configuração bem complexa. (THERBORN, 1995, p.139)

Nosso interesse não reside em aprofundarmos na definição do que foi ou vem sendo o neoliberalismo. Aqui importa perceber como as mudanças na relação entre o Estado e as políticas sociais, a partir da reconfiguração do papel do Estado frente a mercados e empresas impactaram na construção da cidadania das parcelas excluídas dos direitos básicos. A cidadania é aqui compreendida como instrumento de conquistas e contraposições das classes subalternas frente ao Estado e às classes dominantes. Neste sentido, para Dias

Torna-se importante destacarmos aqui a compreensão de cidadania da qual partilhamos, uma vez que esta normalmente “ é tomada como campo homogêneo : trata-se de uma impossibilidade face os antagonismos classistas. A cidadania, vista como campo privilegiado da guerra de posição, passa a ser então o fetiche central do nosso século... A noção de cidadania do ponto de vista das classes subalternas, deve ser pensada como espaço de contradições, caso contrário, ela acaba por reforçar essa igualdade mistificada/mistificante” (DIAS, 2006, p. 33)

Apesar das múltiplas interpretações acerca do fenômeno neoliberal, algumas características principais podem definir o que foi o neoliberalismo. Corroboramos a visão de Pedro Demo, definindo o neoliberalismo da seguinte forma: a) privilégio das relações de mercado como regulador da economia e da sociedade; b) liberdade de iniciativa privada produtiva como expoente maior da realização humana histórica, à qual todas as outras liberdades se submetem, inclusive os direitos humanos e a equidade; c) concepção de Estado mínimo e

subserviente ao processo produtivo, acompanhada de atitude agressiva contra empresas estatais, gastos públicos, funcionalismo etc.; d) entendimento tendencial das políticas sociais como gasto duvidoso, tática de controle e desmobilização popular, esquema de acomodação da mão de obra, expediente de clientelismo e paternalismo; e) hipostasia do mercado como instância intocável, regido por leis dadas, às quais toda e qualquer história precisa se curvar, quer se trate de relações comerciais entre países, blocos e regiões, quer se trate de relações sociais em um plano micro-social. (DEMO, 1995, p. 34)

No caso brasileiro, podemos identificar no Governo Collor o início da aplicação de um programa neoliberal, pois este governo representa

uma mudança de curso em relação à política econômica da fase ditatorial. Esta foi marcada por uma modernização conservadora que, embora socialmente nefasta e politicamente autocrática e perversa, permitiu uma enorme expansão do padrão de acumulação e um intenso salto industrial. (ANTUNES, 2005, p. 17)

Após o processo de *impeachment* de Collor, a aplicação da política neoliberal prossegue com Itamar Franco e se aprofunda sobremaneira nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Antunes

FHC iniciou, em 1994, simultaneamente ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como conseqüência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo no país. O programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia sempre foi destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, “integração” servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional. (ANTUNES, 2005, p. 37)

Com a vitória da coalizão encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, ao longo de dois mandatos do presidente Lula, a política econômica de ajuste fiscal, em linhas gerais, é mantida e os programas sociais de transferência de renda são ampliados. Grande exemplo é o Programa Bolsa Família (PBF), oriundo da junção de programas existentes no governo anterior (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Em relação ao PBF, o IPEA registra:

o PBF vem apresentando inequívoco impacto sobre a situação social brasileira. Em termos de desigualdade de renda, por exemplo, o PBF influenciou cerca de 20% da redução observada desde 1995, embora represente apenas 0,7% na composição da renda familiar dos mais pobres. No que se refere especificamente à pobreza, observa-se impacto relevante nas medidas que refletem o que ocorre na cauda inferior da distribuição, com diminuição em 18% na distância que separa os pobres da linha de pobreza – o hiato de pobreza – e de 22% na desigualdade entre os pobres – a severidade da pobreza. O texto chama atenção, entretanto, para o fato de que, dado o baixo valor dos benefícios, o PBF tem tido pequeno impacto sobre a redução da porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. (IPEA, 2008, p. 79)

Desta forma, os dois governos do presidente Lula dão continuidade a alguns aspectos do governo anterior, principalmente na política econômica, porém ampliam a intervenção estatal na área social. Isso coloca a questão da impossibilidade de sua definição no campo neoliberal, ao menos em sua versão clássica. Para Boito Jr, pode-se dizer que

O Governo Lula está construindo uma nova versão do modelo capitalista neoliberal. Ele promoveu pequenas mudanças na política econômica e na política social que, embora não cheguem a provocar mudanças na dependência econômica e financeira da economia nacional e nas condições de vida da população trabalhadora, são mudanças que poderão dar um novo fôlego político a esse modelo antinacional e antipopular de capitalismo. Na verdade, nenhuma das mudanças significa

a introdução de elementos completamente novos em relação ao que vinha sendo feito anteriormente. Elas são, antes de tudo, a radicalização de algo que começara a ser feito sob o segundo mandato de FHC. De tal modo que, se fosse para nos fixarmos na questão de saber se Lula dá ou não dá seqüência à política de FHC, poderíamos dizer que ele dá seqüência ao que começou a ser feito no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Lula segue o FHC2, mas não o FHC1. (BOITO JR, 2005, p. 1)

Ainda assim, mesmo com a aplicação dos planos de ajustes neoliberais, pesquisas com base na PNAD 2008 e inúmeros estudos do IPEA<sup>19</sup>, demonstram que ao longo dos anos 1990 o quadro de desigualdades tem se modificado no Brasil, pois no campo social, as desigualdades reduziram-se. O índice de Gini caiu pelo sexto ano consecutivo. A pobreza reduziu-se de 35% da população, em 2003, para 24,1%, em 2008, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste processo, os maiores índices de redução de desigualdades foram registrados durante os mandatos de Luis Inácio Lula da Silva, iniciados em 2003. Os principais responsáveis pela redução deste quadro de desigualdades são o crescimento da economia nacional e os programas de transferência de renda (estes últimos em menor proporção que o primeiro fator, conforme trabalho já citado do IPEA: Brasil em Desenvolvimento).

Desta forma, ainda que em ritmo lento, pode-se apontar uma tendência de diminuição de desigualdades no país e de tentativa de superar os anos de desertificação social proporcionados pelo neoliberalismo<sup>20</sup>. Por outro lado, a

---

<sup>19</sup> Citamos aqui os seguintes estudos: Brasil Sustentável, 2008, IBGE; Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, 2009, IPEA; Comunicado IPEA nº 60: Desigualdade da renda no território brasileiro, 2010, IPEA; Miséria, Desigualdade e Política de Renda: O Real do Lula, desenvolvido pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Econômica da Fundação Getúlio Vargas (CPS -Ibre-FGV).

<sup>20</sup> Do ponto de vista do marxismo ortodoxo, podemos definir o Governo Lula como um governo de Frente Popular. Neste tipo de coalizão encontramos encabeçando o aparelho de Estado partidos operários ou de bases populares, aliados a algumas frações da classe dominante. Este tipo de coalizão acaba encontrando espaço para assumir o comando do Estado frente à crise de dominação tradicional das classes dominantes. A natureza contraditória da composição de classes do Governo de Frente Popular é o que explica em essência a tentativa de investimentos maiores (ainda que de forma

política econômica continua tendo como eixos planos de ajustes fiscais que colocam em xeque as possibilidades de maiores investimentos nas pastas ministeriais da área social, o que demonstra uma forte tendência para a criação e ampliação de programas de cunho assistencialista, configurando o que Pedro Demo chama de cidadania assistida<sup>21</sup>.

É na esteira destas modificações no quadro das políticas sociais que situamos a criação do Ministério do Esporte. Além de se inserir no contexto das demais políticas sociais<sup>22</sup>, faz parte de um projeto maior de consolidação de uma posição menos “coadjuvante” no cenário internacional, não só do ponto de vista econômico (vide o desempenho diferenciado da economia brasileira durante a crise econômica de 2009), quanto nas demais dimensões, dentre elas o esporte.

Neste sentido, a futura realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo apresenta-se como a expressão de um projeto esportivo que ainda que não tenha se iniciado com os mandatos de Lula, aprofundam-se sobremaneira com estes. Ponto importante na consolidação deste projeto configura-se na criação de uma pasta específica para o esporte no Brasil, rompendo com a tradição de atrelar o esporte a outras pastas.

Tal processo apresenta inúmeras contradições. Como veremos mais à frente, evidencia-se de forma nítida a relação de continuidade/descontinuidade nas políticas públicas de esporte. A intervenção do Estado brasileiro em relação ao esporte vem alternando-se pelo fato de não haver continuidade entre os governos que se sucedem no âmbito federal. Passaremos a ver como

---

assistencialista) no setor social. Para aprofundar a discussão acerca deste tipo de governo ver: Moreno, Nahuel. Os governos de Frente Popular na História. São Paulo: Sundermann, 2004.

<sup>21</sup> “Cidadania assistida expressa forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades”. (DEMO, 1995, p. 6)

<sup>22</sup> Apesar de enquadrarmos o esporte no âmbito das políticas sociais, este não se encontra explicitamente na agenda social do governo. Para ver as pastas ministeriais e ações consideradas sociais pelo governo federal atualmente ver o já citado estudo do IPEA: Brasil em Desenvolvimento. Estado, Planejamento e Políticas Públicas, 2009. Apesar disso, nos documentos do Ministério do Esporte o caráter de direito social do esporte é presente.

se deu este processo e como a criação e consolidação do Ministério do Esporte pode reverter este quadro.

## **2.1 – Estado e Esporte no Brasil: um breve histórico**

O peso da intervenção estatal sobre o setor esportivo no Brasil remete ao cenário do Estado Novo na década de 1930, no qual se construiu ampla legislação regulamentando o setor. Neste arcabouço de leis ressaltavam os discursos nacionalista, da disciplina e o discurso moral e cívico (MANHÃES, 2002). Este discurso articula-se com o projeto de construção de uma nova ordem social e política, que visava principalmente à consolidação do Estado no Brasil.

Até este momento o setor esportivo organizava-se de forma relativamente autônoma em relação ao Estado. Linhales assim define a relação do Estado com o setor esportivo, neste período:

Tal como ocorreu em outros setores sociais, a intervenção estatal no setor esportivo caracterizou-se como uma antecipação do Estado à sociedade. Embora seja possível constatar, no início dos anos 30, a existência de um significativo nível de conflitos entre os grupos ou agremiações esportivas, também vale registrar que as estratégias e soluções para tais problemas vinham sendo buscadas pelos próprios sujeitos envolvidos nessas organizações esportivas (LINHALES, 1996, p. 95)

Neste sentido, a primeira grande intervenção estatal no setor esportivo foi o Decreto Lei nº 3.199/41, que instituiu o Sistema Esportivo Brasileiro e cujo principal objetivo foi disciplinar o esporte, atrelando-o ao Estado por meio de um controle rígido e hierárquico. Para Linhales:

As entidades esportivas, tais como confederações e federações, foram oficializadas (contra a iniciativa privada e de grupos); o sistema esportivo sofreu uma verticalização linear de suas funções (contra o pluralismo); institucionalizou-se mediante a criação do CND (contra o poder estatutário que regia a organização de várias modalidades esportivas) e, finalmente, a harmonia e a disciplina passaram a ser as palavras-chave e de justificativa (contra o conflito). Assim, o Estado introduz, na organização esportiva, as intenções de controle e intervenção que paulatinamente foi construindo para tomar em suas mãos toda a sociedade brasileira. (LINHALES, 1996, p. 108)

Nesta mesma perspectiva, Manhães constrói um quadro comparativo da forma de intervenção do Estado junto aos sindicatos e junto ao setor esportivo. Percebe-se que ambos apóiam-se na ordem corporativa estabelecida a partir do Estado Novo.

Quadro 3 – Características da ordem corporativa no setor esportivo durante o Estado Novo

Características da ordem corporativa	Sindicatos	Esportes
Intervenção e controle	Sujeitos a: alvará, modelos de estatutos, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas	Entidades sujeitas a: alvará, modelos de estatuto, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas
Oficialização das entidades	Exercer funções delegadas pelo poder público (Carta de 1937)	Órgãos de execução das decisões do CND (Regimento do CND)
Aparelhação da ordem	Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho	CND
Verticalização linear das funções	Por profissão	Por ramo desportivo
Harmomia	Linguagem do colaboracionismo nacionalista	Linguagem do colaboracionismo nacionalista

Fonte: MANHÃES, Eduardo Dias. Política de Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 53.

Neste cenário, para além da ordem corporativa, evidencia-se também a prioridade para a dimensão do esporte de alto rendimento, ainda que isso não tenha significado que o esporte foi tratado apenas desta forma. No período do Estado Novo foram desenvolvidas várias outras ações na esteira da lógica do controle e disciplinamento da sociedade da época.

Neste período foram emitidas 116 leis referentes à Educação Física, recreação e esportes. Destas, destacamos a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), em 1941, o Serviço de Recreação Operária, vinculado ao Ministério do Trabalho e a obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis de ensino, bem como a constituição do Sistema S (Sesi, Senai, Senac).

O período do Estado Novo foi um momento em que por meio da lógica autoritária desenvolvida em todas as dimensões da sociedade brasileira, o esporte passou a constituir meio para um intenso processo de socialização em vários segmentos sociais. Aqui também se destaca, com a obrigatoriedade da Educação Física, as primeiras iniciativas frente o que posteriormente veio a ser chamado de esporte educacional.

Este modelo de intervenção estatal no setor esportivo muito pouco se alterou no período posterior ao Estado Novo. Após 1945 as poucas mudanças efetivadas pelo Estado não significaram alterações de conteúdo da forma de tratamento dado pelo Estado ao fenômeno esportivo.

No período 1945/1964 destacam-se: o poder crescente das confederações, em especial da Confederação Brasileira de Desportos com forte presença do futebol, o que evidencia a prioridade para o esporte de rendimento; o crescente papel da imprensa esportiva como fator de socialização do esporte; o crescimento da indústria de materiais esportivos; e finalmente a consolidação do esporte nas aulas de Educação Física, por meio do Método Desportivo Generalizado.

O esporte insere-se neste período da história brasileira no contexto de modernização e desenvolvimento característicos do momento democrático pós

Estado Novo. No entanto, como afirma Linhales, apesar de sua massificação, não se consolidou no período o esporte como direito social. Para a autora, as políticas até então desenvolvidas

não viabilizaram um processo de institucionalização do esporte como direito social. O esporte massificou-se, por certo, e como fenômeno de massa, foi bem recebido no interior de um momento político também de massa: o populismo. Dentro da lógica populista foi distribuído, doado, oferecido como um bem do mundo moderno. Assim sendo, foi também recebido como oferta, doação... para quem fosse capaz de se apresentar como merecedor, como em condições de recebê-lo. (LINHALES, 1996, p.161)

Esta massificação do esporte aprofundou-se durante os anos da ditadura militar iniciada em 1964. Desde as primeiras intervenções em relação ao esporte no Estado Novo a presença dos militares tanto no setor esportivo quanto na Educação Física foi significativa. Grande parte da intervenção dos militares no campo educacional deu-se até então por meio do esporte e da Educação Física. Com a ditadura militar acentuou-se ainda mais o controle estatal sobre o campo esportivo, que em muitas situações serviu como mecanismo de legitimação da ordem:

O esporte, que chegou à década de 60 massificado e também permeado por cisões e interesses particularistas, tornou-se, sob a égide da ditadura militar, um setor submetido ao controle burocrático e tecnocrático do Estado autoritário, servindo, em alguns momentos decisivos, como estratégia de representação da identidade e coesão nacional idealizada. (LINHALES, 1996, p. 163)

As ações de maior destaque no campo esportivo promovidas pelos militares foram a inclusão da prática desportiva no ensino superior, por meio do Decreto Lei nº 705/69; a criação da Loteria Esportiva, em 1969; a criação do Departamento de Educação Física e Desportos no Ministério da Educação, em 1970; o Plano de Educação Física e Desporto, em 1971, no qual destacou-se

principalmente a realização dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs); a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que reformulou o Decreto Lei 3.199 de 1941 e cuja principal mudança foi atribuir independência para a organização esportiva estudantil.

Além destas ações, outra que merece destaque foi o programa “Esporte Para Todos” (EPT), incluído no Plano de Educação Física e Desporto para os anos de 1976/1979. O EPT teve suas origens na Noruega e seu objetivo era estimular a prática de exercícios físicos entre a população sedentária. Com isso, em 1977

Oficializou-se o desenvolvimento da Campanha Esporte Para Todos no Brasil. Em dois anos de atividade, a Campanha EPT treinou 9700 agentes voluntários em dois terços dos municípios brasileiros, agregando 10 milhões de participantes. Em articulação com Estados, municípios, e também com a iniciativa privada, a campanha EPT priorizou o desenvolvimento de ações de baixo custo e grandes eventos de massa, que, proporcionais ao tamanho das diferentes cidades, ocorriam quase sempre em fins de semana e feriados. Os eventos eram realizados, prioritariamente, ao ar livre, em ruas, praças, praias, parques e similares. (LINHALES, 1996, p. 191)

Este cenário começa a se alterar com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país. Os aspectos burocrático, autoritário e seletivo do esporte passam a ser questionados. Para Manhães (2002), as principais mudanças na ordem corporativa do esporte brasileiro construída no Estado Novo foram a Lei Zico/Lei nº8672/93 e a Lei Pelé /Lei 9615/98. Ambas as leis representaram um marco de ruptura com a estrutura de atrelamento do esporte ao Estado e demonstram a percepção do poder público do esporte como direito social. Além destas duas leis, destaca-se também a Lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264, de 16 de Julho de 2001), que regulamentou a distribuição dos recursos oriundos da loteria esportiva.

Com o processo de redemocratização, a Constituição de 1988 definiu o esporte como direito de cada um, cabendo ao Estado fomentar práticas esportivas e formais e não formais. É na esteira destas modificações na legislação, amparadas no forte movimento democrático pós-ditadura, que as Leis Zico e Pelé devem ser consideradas, bem como a atual criação e consolidação do Ministério do Esporte.

Consideramos a criação deste último, como parte do processo de entendimento do esporte como direito social e como uma mudança do olhar do Estado frente ao fenômeno esportivo. Com este breve histórico, podemos passar a discutir a criação do Ministério do Esporte e a implementação da política de esporte e lazer desenvolvida no Brasil a partir de 2003.

## **2.2 – A criação do Ministério do Esporte**

A tentativa de materialização do preceito constitucional do esporte como direito social se fez presente não somente a partir da criação de uma pasta específica, em 2003.

Em 1990, o presidente Fernando Collor de Melo criou a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Em 1995, no primeiro mandato de FHC, é criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, sendo que ainda cabia à Secretaria de Desporto, vinculada ao MEC o apoio técnico e administrativo. Posteriormente, esta secretaria foi transformada em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP). Em 1998, o ministério passou a englobar a pasta de turismo e foi denominado de Ministério do Esporte e Turismo, ficando o INDESP vinculado ao ministério.

No entanto, somente em 2003 foram divididas as duas pastas e foi possível uma maior atenção ao esporte. Neste sentido, a criação do Ministério do Esporte representou um longo processo da trajetória política do esporte no

Brasil, iniciada com as primeiras intervenções do Estado Novo.

*Hoje o Ministério é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.* (BRASIL, 2010)

Em relação à sua estrutura, o quadro seguinte demonstra a organização do Ministério

Quadro 4 Organograma do Ministério do Esporte



Percebe-se que a estrutura do Ministério foi construída com base nas três dimensões definidas pela legislação: esporte de rendimento, esporte de participação e esporte educacional. Esta estrutura tenta responder à diversidade das manifestações esportivas, não as reduzindo somente a esfera do rendimento. No entendimento da Política Nacional do Esporte de 2001:

ao deixar de ser entendido unicamente na perspectiva do rendimento e passar a ser percebido também na perspectiva do social (Esporte Educacional, Esporte para Portadores de Deficiências, Esporte para a Terceira Idade, Esporte para as Pessoas Comuns etc), passou a intervir efetivamente na Saúde, na Educação e no Lazer das pessoas. É evidente que esta abrangência ampliada do alcance do Esporte no país, fez com que o mesmo fosse gradualmente se tornando uma prioridade do Estado. (POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE, 2001)

Na perspectiva apresentada pela Política Nacional do Esporte, o Esporte de Rendimento é compreendido como aquele praticado de acordo com as regras e códigos das entidades internacionais, e que tem como finalidade a obtenção de resultados expressivos, vitórias, recordes, tudo dentro de um referencial ético expresso na formação de um espírito esportivo dos seus praticantes.

O Esporte Educacional refere-se àquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hiper competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Já o esporte de lazer é aquele praticado de modo voluntário, com as modalidades institucionalizadas ou não, com regras oficiais ou adaptadas, e que contribui para a integração dos praticantes, para a promoção da saúde e outros aspectos importantes da vida social.

De acordo com estas concepções, e a estrutura organizativa apresentada, são desenvolvidos os programas do Ministério do Esporte, conforme o quadro abaixo os sintetiza:

Quadro 5 Programas e ações do Ministério do Esporte

Programa/ação	O que é?	Objetivos
Assessoria especial de futebol	Assessoria criada com a principal finalidade a Copa do Mundo de 2014	Contribuir para o melhoramento do futebol como um todo
Calendário Esportivo Nacional	Conjunto de informações sobre eventos esportivos nacionais e internacionais	Contribuir para a sistematização unificada do esporte nacional de alto rendimento
Descoberta do talento esportivo	Identificação de jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento.	Aumentar e dar qualidade à base esportiva nacional para um melhor desempenho nos esportes de competição
Bolsa atleta	Auxílio dado a atletas que não possuem patrocínio	Garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento,
Timemania	Loteria esportiva	Injetar nova receita nos clubes de futebol
Pintando a liberdade	Programa de ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos	Ressocializar os internos por meio da profissionalização, reduzir o tempo de pena
Pintando a cidadania	A ação envolve pessoas em situação de risco social em fábricas de material esportivo	Inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho
Praça da juventude	Projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer que alia saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades sócio-educativas diversificadas	Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, incentivam a inclusão digital e a produção cultural e científica, constituindo-se em um amplo espaço de convivência comunitária
Programa Esporte e Lazer da cidade (PELC)	Programa de esporte recreativo e de lazer	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social
Rede CEDES	Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer	Ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Rede CENESP	Centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e	Conjugar e convergir esforços em conjunto com as Instituições de Ensino Superior no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, em benefício da prática

	aperfeiçoamento de atletas.	esportiva, visando o desenvolvimento, aplicação e transferência de métodos e tecnologias, inseridas na capacitação de recursos humanos e avaliação de atletas nas diferentes manifestações esportivas.
Programa Segundo Tempo	Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional Segundo Tempo.	Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Fonte: Ministério do Esporte. Sítio eletrônico do Ministério do Esporte: Acesso em 16.01.10

Os programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte representam a tentativa de contemplar as diversas formas de manifestação do fenômeno esportivo, bem como seu tratamento como direito social. Ponto importante, nesse sentido, é a constituição das Redes CEDES e CENESP como instrumentos de pesquisa e produção do conhecimento na área do rendimento e do lazer.

Apesar de não termos listado no quadro de programas e ações, destaca-se ainda a realização de três Conferências Nacionais do Esporte. A I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, visou à construção da Política Nacional do Esporte e aprovou a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. A II Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2006, teve por objetivo uma discussão aprofundada e uma reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando à construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem.

A III Conferência ocorreu em 2010 e aprovou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, que ratifica a necessidade de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer lastreado em recursos que tornem sustentável um projeto de longo prazo. (Documento final da III Conferência Nacional do Esporte, 2010).

A realização de três conferências, a consolidação de vários programas que carregam a noção do esporte como direito social e a própria consolidação do Ministério do Esporte, apontam para uma mudança da forma como o fenômeno esportivo vinha sendo tratado. Esta mudança sinaliza a possibilidade de que o esporte seja assumido como política de Estado, rompendo o ciclo da continuidade/descontinuidade nos programas e ações no setor esportivo. Este entendimento é apresentado por Suassuna, 2007:

É necessário o estabelecimento de políticas de Estado, implicando na definição de um planejamento continuado. Além disso, indica-se como necessária a adoção de um planejamento que ocorra permitindo a intersectorialidade, isto é, políticas que contemplem vários setores, se diferenciando das políticas focais. (SUASSUNA, 2007, p. 16)

A criação do Ministério do Esporte, se por um lado tenta superar esta dificuldade em relação ao problema da descontinuidade na política de esporte e reforçar a visão do esporte como direito social, também apresenta aspectos problemáticos. Athayde, 2009, apresenta como principal problema a escassez de recursos:

Se por um lado, o estabelecimento do ME significou a conquista de uma estrutura ministerial e de um orçamento próprio para atendimento às demandas esportivas e de lazer, o reforço ao entendimento de que o esporte deva ser uma responsabilidade do Estado, bem como a consolidação e a demarcação de uma instância de debate sobre as questões atinentes ao esporte, delimitando uma arena em que deveriam ser travadas as disputas entre os interesses públicos e privados do setor, verificamos que órgão sofreu, e ainda sofre, com a falta de infraestrutura e com um escasso orçamento. (ATHAYDE, 2009, p. 31)

Esta é apenas uma das dimensões das contradições e dificuldades que cercam a pasta do esporte no Brasil na atualidade. No entanto, é necessário relativizar esta fragilidade, pois a consolidação de uma pasta própria para o esporte é muito recente, numa perspectiva de longo prazo. A implementação de um programa como o Segundo Tempo, que desenvolve ações em conjunto com o Ministério da Educação e da Justiça, caminha no sentido da

intersectorialidade apontada anteriormente. No entanto, como veremos no próximo capítulo, existem problemas para avançar no entendimento do esporte como política de Estado e para que ele seja tratado de fato como direito social.

Além do escasso recurso, ainda em 2010 se constata a presença significativa da dimensão do rendimento nas ações e programas prioritários do Ministério. O próprio PST demonstra esta presença, ao intitular-se como programa de iniciação esportiva. Como vimos nas definições das três dimensões da manifestação esportiva adotada no país, existe uma contradição entre esporte educacional e iniciação esportiva.

Estas são apenas algumas das limitações presentes na política de esporte e lazer desenvolvida a partir da criação do Ministério do Esporte. Para compreender um pouco mais a fundo estas limitações, passaremos a analisar o desenvolvimento do PST em Goiânia. Com a análise deste programa, considerado estratégico para o Governo Federal, tentaremos visualizar as principais dificuldades da implementação de um programa de esporte projetado para superar a relação de continuidade/descontinuidade, *pois não adianta o projeto funcionar um tempo, atingir uma cobertura social, que é uma rede de proteção social, e depois posteriormente deixar de existir.* (Coordenador Setorial – depoimento ao autor, 31.08.10)

Temos clareza de que a análise de um programa em uma cidade específica, com suas particularidades e características, dificultam sobremaneira a generalização de conclusões. No entanto, na medida do possível, travaremos o diálogo com outras análises já realizadas.

### **CAPÍTULO 3 – UMA VISÃO GERAL DO PST**

Tomando como base o desenvolvimento do esporte educacional, o PST sucedeu (não no sentido de continuidade das ações, mas sim do ponto de vista cronológico) o Programa Esporte na Escola, criado ao fim do último mandato de FHC, em 2001. Segundo ATHAYDE (2009, p. 42), o Esporte na Escola pretendia atender ao final de 2002 7,5% dos 36 milhões de alunos da rede de ensino fundamental pública. Ao seu final, esta meta foi atingida em 58% (um milhão e meio).

No que diz respeito a concepções e princípios, o Esporte na Escola carregava a proposta de descobrir futuros talentos esportivos, o que evidencia mais uma vez a confusão entre esporte educacional e esporte de rendimento (ATHAYDE, 2009, p. 43). De acordo com Relatório do Tribunal de Contas da União, de 2006, as principais inovações do PST em relação ao Esporte na Escola<sup>23</sup> são a exigência do funcionamento do núcleo de esporte no contraturno escolar; a ampliação do atendimento ao ensino médio; o estabelecimento de convênios com prefeituras e ONGs; a ênfase na implantação e funcionamento dos núcleos e não na infra-estrutura; e a prioridade do atendimento a áreas de risco social. (BRASIL, 2006)

Criado em 2003, o PST tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais. Seus princípios são: “Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; Da universalização e inclusão social; Da democratização da gestão e da participação”. (BRASIL, 2009).

O objetivo geral do PST é democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Como risco social, o programa compreende todas as situações que expõem a vida do ser humano ao perigo constante. (POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE, 2005)

---

<sup>23</sup> Não é objetivo desta dissertação aprofundar nas diferenças entre o Esporte na Escola e o PST. Fizemos apenas o enquadramento necessário para apresentarmos o histórico do PST como programa de esporte educacional.

Em relação aos impactos esperados pelo desenvolvimento do PST destacam-se os objetivos de melhoria no convívio e na integração social dos participantes; melhoria da auto-estima dos participantes; melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes; melhoria das condições de saúde dos participantes; aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais; e melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física pedagogia ou esporte envolvidos. (BRASIL, 2009)

Em seu desenvolvimento, a principal ação do PST é o funcionamento dos núcleos de esporte educacional. As parcerias admitidas no âmbito desses núcleos podem ocorrer tanto com outras entidades públicas (municipais, estaduais ou distritais) quanto com o setor privado. A quantidade de atendimentos é prevista pelo Projeto padrão do programa, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 6 – Quantidade de atendimentos do PST conforme o tamanho da população

Número de habitantes da base de atendimento	Limite de beneficiados: Entidades de Direito Público	Limite de Beneficiados: Entidades de Direito Privado sem Fins Lucrativos
Até 30.000	Até 400 beneficiados	200 beneficiados
De 30.001 a 50.000	Até 1.000 beneficiados	Até 200 beneficiados
De 50.001 a 100.00	Até 2.000 beneficiados	Até 400 beneficiados
De 100.001 a 200.000	Até 4.000 beneficiados	Até 1000 beneficiados
De 200.001 a 500.000	Até 5.000 beneficiados	Até 15000 beneficiados
De 500.001 a 1.000.000	Até 8.000 beneficiados	Até 2000 beneficiados
De 1.000.001 a 2.000.000	Até 10.000 beneficiados	Até 3000 beneficiados
De 2.000.001 a 5.000.000	Até 12.000 beneficiados	Até 4000 beneficiados
De 5.000.001 a 10.000.000	Até 15.000 beneficiados	Até 4500 beneficiados
Mais de 10.000.001	Até 20.000 beneficiados	Até 5000 beneficiados

Fonte: Ministério do Esporte, 2009, p. 15.

Desta forma, o núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens<sup>24</sup> que sob a orientação profissional de um coordenador de núcleo e um monitor desenvolvem atividades esportivas e complementares, tendo como parâmetros: atividades no contra-turno escolar para os beneficiados, em espaços físicos específicos às atividades esportivas a serem desenvolvidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados); oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 03 modalidades esportivas; oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 03 vezes na semana, e de 02 a 04 horas diárias; oferta de atividades complementares (atividades educacionais, atividades culturais, ambientais, entre outras); oferta de reforço alimentar, caracterizado por lanche; recebimento de materiais esportivos, educacionais e de primeiros socorros, podendo se dar na forma de Kits específicos, conforme diretrizes do Programa; identificação por meio de placas, banners, faixas ou outra forma similar previamente acordada com o Ministério do Esporte observando, conforme os padrões estabelecidos no Manual de Aplicação de Marcas do Segundo Tempo para fins de divulgação, bem como acompanhamento das atividades pela comunidade local e órgãos de controle e fiscalização. (BRASIL, 2009)

No tocante ao desenvolvimento das atividades, o projeto padrão prevê que as atividades esportivas oferecidas nos núcleos devem ter caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo.

Quanto às atividades esportivas em si, preconiza-se o oferecimento de no mínimo duas modalidades coletivas e no mínimo uma atividade individual. Já as atividades complementares são consideradas as ações que abordam temáticas relacionadas à educação, à saúde, à cultura e ao meio ambiente.

No que diz respeito aos recursos humanos cada convênio possui um Coordenador Geral (considerado como contrapartida do proponente do

---

<sup>24</sup> Este número foi diminuído de 200 para 100, visando facilitar o trabalho de coordenadores e monitores no que se refere ao desenvolvimento das atividades.

convênio), um Coordenador Pedagógico e um Coordenador Setorial (nos convênios a partir de 20 núcleos). O núcleo é composto por um coordenador de núcleo, um monitor de atividade esportiva e um monitor de atividade complementar. Quanto a suas especificações e funções, distribuem-se conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 – Funções e atribuições dos profissionais envolvidos no PST

Função	Formação	Principais atribuições
Coordenador geral	Profissional de nível superior com experiência comprovada em Gestão e/ou Administração de Projetos Esportivo-Educacionais	Implementar, supervisionar e avaliar o projeto; gerenciar a implementação das ações acordadas; planejar e organizar com os coordenadores de núcleo as atividades dos núcleos
Coordenador pedagógico	Profissional de nível superior da área de Educação Física ou Esporte, com experiência pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de Projetos (Propostas Pedagógicas)	Coordenar o processo de planejamento pedagógico dos núcleos juntamente com os demais recursos humanos envolvidos; definir, organizar e debater a Proposta/Plano Pedagógico dos Núcleos, juntamente com os Coordenadores de Núcleo e seus Monitores; acompanhar e avaliar as atividades e o projeto como um todo, em conjunto com os coordenadores de núcleo e os Monitores que atuam sob sua responsabilidade e coordenação
Coordenador setorial	Profissional de educação física ou esporte com experiência na organização e supervisão de Projetos Pedagógicos	Coordenar o processo de planejamento, distribuição e acompanhamento dos núcleos da região para a qual o mesmo foi destacado, de forma a subsidiar o desenvolvimento de todas as ações previstas no Plano de Trabalho e Projeto Básico
Coordenador de núcleo	Profissional de nível superior da área de Educação Física ou Esporte	Planejar coletivamente, preparar e ministrar as atividades desenvolvidas junto aos beneficiados, conforme Proposta Pedagógica; acompanhar e avaliar o trabalho dos Monitores que atuam no núcleo sob sua responsabilidade e coordenação; acompanhar o desempenho das atividades dos membros da equipe,

		mantendo suas atuações padronizadas, harmônicas e coerentes com os princípios estabelecidos no Projeto
Monitor de atividade esportiva	Estudantes de graduação regularmente matriculados em cursos de Educação Física ou Esporte, preferencialmente que já tenha cursado o correspondente a primeira metade do Curso	Desenvolver juntamente com o Coordenador de Núcleo o planejamento semanal e mensal das atividades esportivas e complementares, de forma a organizar e desenvolver as atividades relativas ao ensino e ao funcionamento do núcleo, levando-o à consideração da Coordenação Geral; desenvolver as atividades esportivas e complementares previstas nos planos de aula, sistematicamente nos dias e horários estabelecidos junto aos beneficiários do projeto, de acordo com as Diretrizes do Programa
Monitor de atividade complementar	Estudantes de graduação regularmente matriculados no curso das áreas afins às atividades complementares desenvolvidas, preferencialmente que já tenham cursado o correspondente à primeira metade do curso	Desenvolver juntamente com o Coordenador de Núcleo e supervisão do Coordenador Pedagógico, o planejamento semanal e mensal, de forma a organizar e desenvolver as atividades relativas ao ensino e ao funcionamento do núcleo, conforme proposta pedagógica, levando-o à consideração da Coordenação Geral; desenvolver atividades complementares, sistematicamente nos dias e horários estabelecidos no Planejamento e Proposta Pedagógica, junto aos beneficiários do projeto, de acordo com as Diretrizes do Programa

Fonte: Ministério do Esporte. Sítio eletrônico do Programa Segundo Tempo. Acesso em 16.01.10

Em relação ao número de atendimentos, o PST encontra-se presente em todos os estados da federação, conforme podemos observar no quadro abaixo, atendendo quase três milhões de crianças e adolescentes:

Quadro 8 – Quantidade de convênios e alunos atendidos pelo PST no Brasil

Unidade da Federação	Nº de convênios	Nº de alunos atendidos
Goiás	28	60640
Distrito federal	73	231375
Mato grosso do Sul	7	25404
Mato Grosso	13	56583
Tocantins	9	14409
Pará	12	15486
Rondônia	4	11675
Roraima	4	3298
Acre	5	11287
Amazonas	9	126369
Amapá	9	19934
Maranhão	10	5393
Piauí	11	78696
Ceará	26	176161
Rio Grande do Norte	46	37771
Paraíba	15	22499
Pernambuco	29	97509
Alagoas	13	78375
Sergipe	7	22204
Bahia	84	327230
São Paulo	137	371305
Rio de Janeiro	63	365594
Espírito Santo	17	14636
Minas Gerais	87	251170
Rio Grande do Sul	66	68857
Santa Catarina	23	107054
Paraná	74	150784
Total	881	2.717.698

Fonte: Ministério do Esporte. Sítio eletrônico do Programa Segundo Tempo: Acesso em 16.01.10

Quanto à distribuição do programa por regiões, o quadro abaixo indica que o peso maior do programa se concentra na Região Nordeste, concentrando 37% dos núcleos do PST:

Quadro 9 – Distribuição dos núcleos do PST por região



Fonte: Tribunal de Contas da União, 2006

Quanto às crianças e adolescentes que participam do programa fica claro que sua presença nestas atividades tem contribuído para diminuir a exposição a situações de risco, em especial ao contato precoce com o tráfico de drogas. Segundo o depoimento colhido para essa dissertação, as crianças

vão pro programa segundo tempo, onde recebem lanche, orientação, e recebem aulas tanto na área esportiva quanto atividades recreativas, lúdicas, e isso a gente percebeu que com muitos pais, com que a gente tava conversando a até diretores das áreas de onde a gente tava atuando falaram que isso era muito importante pra aquela região, pra aquela crianças e principalmente pros adolescentes (Gestor – Entrevista ao autor – 31.08.10)

Neste sentido, percebe-se a importância do programa para seu público-alvo. Nas palavras de um dos coordenadores do programa em Goiânia:

O Segundo Tempo realmente pras crianças é importante, as crianças gostam do segundo tempo. E aí são “enes” motivos. Nós sabemos que as crianças ficam ociosas nesse período, realmente o contraturno escolar é um período crítico. Porque a maioria dos pais da classe trabalhadora passa o dia todo fora. Então essas crianças ficam sem supervisão durante parte do período. Então o Segundo Tempo para as crianças tem um grande papel, tanto na sua formação pessoal, quanto na parte lúdica, com relação ao seu tempo livre ser gasto de uma forma prazerosa. Além do lanche e outras coisas que essas comunidades acabam vindo pro programa por conta disso. (Coordenador setorial - Entrevista ao autor – 31.08.10)

Além disso, também são comprovadas melhorias no desempenho escolar. No entanto, ambas as melhorias devem ser relativizadas, pois existem problemas na viabilização das atividades dos núcleos que afetam a participação das crianças e adolescentes. Neste sentido, conforme documento de avaliação do PST:

Verificou-se que as crianças e os adolescentes se beneficiam da participação no programa, principalmente em termos de menor exposição a situações de risco social e melhoria no desempenho escolar. Todavia, foram constatados problemas na implementação do Segundo Tempo que afetam seu desempenho. Os núcleos não têm observado todos os requisitos do programa. Ao mesmo tempo, faltam critérios objetivos para verificar se os núcleos estão implementando corretamente sua proposta pedagógica. Igualmente, a maioria dos núcleos não tem critérios de priorização para os alunos atendidos. Por fim, foi constatada predominância no atendimento a alunos do sexo masculino, em contraste com a distribuição eqüitativa por gênero nas escolas públicas de ensino básico. (BRASIL, 2006)

Outro aspecto importante do programa é o desenvolvimento de atividades de capacitação para os coordenadores e monitores. Assim como nas demais atividades dos núcleos, o relatório de avaliação também aponta debilidades nas ações de capacitação. Assim,

a capacitação de coordenadores e monitores tem contribuído para o seu aperfeiçoamento e das atividades oferecidas pelo

Segundo Tempo. Entretanto, grande parte dos profissionais envolvidos no programa ainda não teve oportunidade de participar da capacitação. Os cursistas relataram dificuldades que têm prejudicado seu aproveitamento. Ao mesmo tempo, a capacitação pode se beneficiar de abordagem mais prática na inclusão de portadores de necessidades especiais, auxiliando os profissionais a lidar com os vários casos que podem surgir no cotidiano dos núcleos de esporte. (BRASIL, 2006)

Observamos assim que as principais debilidades do PST constatadas pelo relatório de avaliação não dizem tanto respeito às concepções presentes no programa ou aos seus princípios. São problemas de cunho técnico. No entanto, devem-se problematizar estas debilidades, pois nem todos os núcleos atendem aos requisitos do programa. Deve-se questionar se é um problema eminentemente técnico, conforme o relatório de avaliação, ou se existem contradições entre a concepção do programa e a concepção de Esporte Educacional daqueles que implementam o programa em cada convênio.

Para tentar responder a esta questão, cabe um olhar sobre a implementação do programa na cidade de Goiânia. Acreditamos que a análise do desenvolvimento do programa na cidade torna possível uma primeira aproximação esclarecedora.

### **3.1 – O PST em Goiânia**

O PST teve sua primeira edição em Goiânia em 2004, por meio de convênio entre Ministério do Esporte e Prefeitura de Goiânia<sup>25</sup>. No entanto, o programa funcionou até 2006, com retomada no ano de 2009. Ainda assim, o convênio que originou o desenvolvimento do programa em 2009 foi assinado em 2007, ou seja, foram necessários dois anos para que o projeto começasse de fato.

---

<sup>25</sup> Existem ainda os convênios realizados com a Agência Goiana de Esporte e Lazer (AGEL), que contemplam somente cidades do interior do estado. Isso nos remete para a importância da interiorização da política pública.

O PST funcionou apenas até o fim de 2009, uma vez que devido à situação de inadimplência da Prefeitura de Goiânia com o Governo Federal, o programa ficou sem condições de receber os recursos necessários para o seu andamento. Anterior ao PST foi desenvolvido o Projeto Draulas Vaz, que é um projeto de iniciação esportiva que hoje funciona apenas com um núcleo (localizado na Praça de Esportes do Setor Pedro Ludovico). Ainda assim, houve uma sobreposição de ações e o PST acabou incorporando grande parte do Draulas Vaz:

O segundo tempo veio pra substituir o Draulas Vaz, muita gente diz que não mas... acabou contratando os monitores que eram do Draulaz Vaz, alguns coordenadores eram do Draulas Vaz, alguns espaços eram espaços do Draulas Vaz; então o segundo tempo em Goiânia, vamos dizer assim que 30% da estrutura dele era o Draulas Vaz; ele juntou com a estrutura do segundo tempo quando ele era da secretaria de educação. (Coordenador Regional – depoimento ao autor, 31.08.10)

O desenvolvimento do programa em Goiânia deu-se por meio de parceria entre Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). A SME recebia os recursos, bem como ficava responsável pelo pagamento de coordenadores e monitores. A SMEL atuava como executora do programa, estando os coordenadores e monitores sob sua responsabilidade.

Esta divisão se deve ao fato de não existir em Goiânia o Fundo de Esporte e Lazer, pelo qual seria possível a SMEL administrar diretamente os recursos vindos do Governo Federal. Esta divisão foi apontada por coordenadores do programa como uma das dificuldades para o bom funcionamento dos núcleos, conforme veremos no próximo capítulo.

Em 2009, foram atendidas 10.200 crianças e adolescentes pela parceria SMEL/SME, distribuídas em 51 núcleos<sup>26</sup>. No entanto, de acordo com depoimentos colhidos junto aos profissionais do programa, em nenhum

---

<sup>26</sup> Atualmente a SMEL tenta desenvolver o Projeto Recreando, com funcionamento de 17 núcleos nos mesmos moldes do Segundo Tempo. O objetivo é tentar manter o atendimento às crianças e adolescentes até que seja possível restabelecer o convênio com o Governo Federal.

momento os 51 núcleos funcionaram ao mesmo tempo, ou seja, de forma integral.

Muitas vezes após a abertura de um núcleo partia-se para a tentativa de abertura de outros núcleos, desconsiderando a necessidade de consolidação do núcleo anterior. Esta situação nos remete para a utilização da pasta esportiva de forma outdorizada, na qual o objetivo não é democratizar de fato a prática esportiva, mas sim apresentar dados de uma quantidade de atendimentos que se apresenta de forma artificial na realidade.

Ainda assim, podemos ver no quadro abaixo a distribuição destes núcleos.

Quadro 10 - Distribuição dos núcleos do PST em Goiânia

<b>Nº</b>	<b>TURNO</b>	<b>NÚCLEO</b>	<b>MODALIDADES</b>	<b>ATENDI- MENTOS</b>
1	M	CRAS Vila Redenção I	FUTSAL, FUTEBOL E NATAÇÃO	200
2	V	ADFEGO	TENIS DE MESA, BASQUETE, VOLEIBOL, XADREZ, CAPOEIRA	200
3	M/V	Balneário Meia Ponte	KARATÊ, FUTSAL, VOLEIBOL, XADREZ	200
4	M/V	Casa da Cultura Antônio Ferreira	FUTEBOL, VOLEI, XADREZ, JOGOS, DANÇA, RECREAÇÃO	200
5	M	CECOM I	FUTEBOL, HANDEBOL, VOLEI, DAMA, XADREZ	200
6	V	CECOM II	FUTEBOL, VOLEIBOL, HANDEBOL, DAMA, XADREZ	200
7	M/V	Centro de Trabalho Comunitário do Setor Progresso	FUTSAL, VOLEI, CAPOEIRA, BRINCADEIRAS INFANTIS, TEATRO E DANÇA	200
8	M	CLUBE DO POVO I	NATAÇÃO, FUTEBOL, FUTSAL, VOLEI E HANDEBOL	200
9	M/V	CLUBE DO POVO II / UMAS FINSOCIAL	NATAÇÃO, FUTEBOL, FUTSAL, VOLEI E HANDEBOL	200
10	V	CLUBE DO POVO III	NATAÇÃO, FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E VÔLEI	200
11	V	CLUBE DO POVO IV / UMAS FINSOCIAL	NATAÇÃO, FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E VÔLEI	200
12	V	CLUBE SINT-IFES/GO	NATAÇÃO, FUTEBOL DE CAMPO E VÔLEI	200
13	M/V	CONJUNTO ANHANGUERA	XADREZ, ATLETISMO, VOLEI E FUTSAL	200
14	V	CONJUNTO FABIANA	FUTSAL, VOLEI, XADREZ	200
15	M	CONVENTO MÃE DOLOROSA I	ATLETISMO, NATAÇÃO, DANÇA	200
16	M	CRAS JARDIM CURITIBA A	NATAÇÃO, FUTEBOL, XADREZ, VOLEI, FUTSAL	200
17	M	CRAS JARDIM CURITIBA B	NATAÇÃO, FUTEBOL, XADREZ, VOLEI, FUTSAL	200

18	V	CRAS JARDIM CURITIBA C	NATAÇÃO FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL, VOLEIBOL	200
19	V	CRAS JARDIM CURITIBA D	NATAÇÃO FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL, VOLEIBOL	200
20	V	CRAS JD. NOVO MUNDO	NATAÇÃO, FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO, XADREZ	200
		CRAS JARDIM NOVO MUNDO / CRAS RECANTO DAS MINAS GERAIS / CONVENTO MÃE DOLOROSA	CONVENTO NATAÇÃO, XADREZ VOLEI, FUTSAL	
			RECANTO FUTEBOL, VOLEIBOL, ATLETISMO	
21	V	CRAS REDENÇÃO II	FUTSAL, FUTEBOL E NATAÇÃO	200
22	M	CRAS Vera Cruz II	FUTEBOL, VOLEI, DAMA, XADREZ, ATLETISMO	200
23	M/V	CRAS VILA ISAURA	VOLEI, FUTSAL, CAPOEIRA E KARATÊ	200
24	V	CRAS VILA UNIÃO	FUTEBOL, VOLEI, NATAÇÃO, ATLETISMO	200
25	M/V	E. M. JALLES MACHADO DE SIQUEIRA	FUTSAL, DANÇA, VOLEI	200
26	V	E. M. MOISÉS SANTANA	VOLEI, FUTSAL, BASQUETE, JOGOS DE TABULEIRO	200
27	V	E.M. AMÉLIA FERNANDES	FUTSAL, VOLEIBOL E XADREZ	200
28	M/V	E.M. BENEDITA LUIZA	TAEKWONDO, FUTSAL, VOLEI, XADREZ	200
29	M/V	E.M. BRICE FRANCISCO CORDEIRO I	FUTSAL, HANDEBOL, XADREZ, DAMA	200
30	M	E.M. CASTORINA BITTENCOURT ALVES	FUTSAL, CAPOEIRA, VOLEI	200
31	V	E.M. CLEONICE MONTEIRO WOLNEY	FUTEBOL, VOLEI, BOXE, XADREZ	200
32	M/V	E.M. JARBAS JAYME (EXTENSÃO GINÁSIO JARDIM AMÉRICA)	FUTSAL, CAPOEIRA	200
33	V	E.M. MARECHAL RIBAS JÚNIOR	NATAÇÃO, VOLEI, FUTSAL	200
34	M/V	E.M. MARIA ARAÚJO DE FREITAS	FUTSAL, XADREZ, KARATÊ, VOLEIBOL	200
35	V	E.M. N. SRA. APARECIDA	FUTSAL, VOLEI, XADREZ	200
36	V	E.M. PROFª MARIA ANTÔNIA MARANHÃO DO AMARAL (EXTENSÃO CRAS VERA CRUZ II)	FUTSAL, HANDEBOL, ATLETISMO, JOGOS TRADICIONAIS	200
37	M/V	E.M. RESIDENCIAL MONTE CARLO	FUTSAL, VOLEIBOL, XADREZ, CAPOEIRA	200
38	V	E.M. SÃO JOSÉ	FUTSAL, VOLEIBOL, XADREZ	200
39	M/V	E.M. ABRÃO RASSI	FUTSAL, VOLEI, ATLETISMO, TENIS DE MESA, JOGOS DE TABULEIRO	200
40	M/V	E.M. MARIA HELENA BATISTA BRETAS	FUTSAL, VOLEI, HANDEBOL, ATLETISMO, XADREZ	200
41	V	ESEFEGO	VOLEI, FUTSAL, ATLETISMO, XADREZ	200
42	M	JARDIM GUANABARA A	CAPOEIRA, CANTO, VIOLÃO, JOGOS, FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO	200

43	V	JARDIM GUANABARA B	CAPOEIRA, CANTO, VIOLÃO, JOGOS (DAMA E XADREZ), FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO	200
44	M	JARDIM GUANABARA C	CAPOEIRA, CANTO, VIOLÃO, JOGOS, FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO	200
45	M/V	LAR FABIANO	ATLETISMO, FUTSAL, VOLEI, XADREZ	200
46	M/V	PARQUE ATHENEU I: UMAS (EXTENSÃO: ACADEMIA ASA DE ÁGUIA)	NATAÇÃO, XADREZ, KARATÊ	200
47	V	PARQUE ATHENEU II: UMAS (piscina) E GINÁSIO DE ESPORTES	NATAÇÃO, FUTSAL, VOLEIBOL	200
48	M/V	PARQUE ATHENEU III: UMAS E GINÁSIO DE ESPORTES	FUTSAL, VOLEIBOL, XADREZ	200
49	V	SEST SENAT	BASQUETE, CAPOEIRA, NATAÇÃO, FUTSAL, VOLEI, XADREZ	200
50	M/V	UMAS CRIMÉIA LESTE	FUTSAL, VOLEIBOL, XADREZ	200
51	M	UMAS VILA MUTIRÃO	KARATÊ, FUTEBOL, VOLEI, XADREZ	200
Total de alunos a serem atendidos durante o programa				10200

Contando com 1.245.645 habitantes (IBGE, 2007), Goiânia possui 190.431 matrículas no Ensino Fundamental e 66.310 no Ensino Médio. O PST se apresenta como uma alternativa importante no conjunto de esforços públicos necessários e de formas de proteção e atenção às crianças e adolescentes inseridos num quadro de dificuldades sociais que desestimulam o estudo e as possibilidades de chances sociais que permitam a ascensão profissional e social. (GOIÂNIA, 2007)

Com uma visão geral do desenvolvimento do PST em Goiânia e no Brasil, percebe-se que o esporte neste programa é de fato encarado como um direito social. Conferindo prioridade ao atendimento de crianças e adolescentes em situações de risco social, o programa apresenta-se como um dos fatores de promoção de justiça social. No entanto, como vimos até aqui, ainda que sem aprofundarmos em questões de cunho teórico e sem proceder a uma análise técnica do programa, existem inúmeras debilidades que colocam em xeque a possibilidade do PST atingir seus princípios como programa de cunho social.

Desta forma, faz-se imprescindível que a seqüência da análise problematize a chamada missão salvacionista do esporte. Se por um lado, as atividades oferecidas pelo programa de fato contribuem para diminuir a

exposição aos riscos sociais, cabe avaliar de que forma se dá esta diminuição. São atividades que visam apenas ocupar o tempo ocioso do público-alvo? Como são desenvolvidas as atividades? Como se dão as atividades intersetoriais, de forma que o esporte não se torne um mero paliativo para a situação das crianças e adolescentes? Existe continuidade no programa? O número de atendimentos é suficiente? Neste sentido, passaremos a analisar em que medida e de que forma podemos encarar o esporte como direito social e como promotor de justiça social.

## **CAPÍTULO 4 – O PST E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL**

Situados como direito social na Constituição de 1988, esporte e lazer ficaram num segundo plano no período posterior. Em primeiro lugar, é importante destacar que em uma sociedade desigual, como a brasileira, muitas vezes outras demandas são encaradas como mais urgentes (e muitas vezes o são de fato). Em comunidades onde sequer existe estrutura de saneamento básico é compreensível que as principais reivindicações não sejam construção de quadras e outros equipamentos de esporte e lazer. Bracht assim registra essa secundarização do esporte na hierarquia das políticas públicas:

Parece-nos claro que no conjunto das ações governamentais o fenômeno esportivo situa-se antes numa posição marginal frente a setores como o da economia, da saúde, da educação, da habitação. A não ser por razões corporativas, considerando o quadro brasileiro, poder-se-ia reivindicar para o esporte o status de prioridade de ações governamentais. Aliás, em todas as pesquisas de opinião sobre as quais os problemas mais sérios e urgentes que deveriam ser enfrentados pelo governo, o esporte não aparece ranqueado. É mais ou menos lugar comum, portanto, que na ordem de prioridades das ações do poder público o esporte não deva ocupar lugar de destaque. (BRACHT, 2005, p. 82)

No entanto, como o próprio autor também adverte, mesmo não sendo prioridade o esporte não deve ser ignorado do ponto de vista da ação do setor público. A própria criação do Ministério do Esporte representa um esforço de tratar o esporte de uma maneira menos marginal. Desta forma, pensar a política pública de esporte como direito social requer que analisemos seus efeitos do ponto de vista da redução do quadro de desigualdades da sociedade brasileira.

Bracht (2005, p. 83) enumera alguns motivos para a intervenção do Estado no setor esportivo em países em desenvolvimento: construção da nação, integração, defesa, higiene e saúde, política social, reconhecimento

internacional. Acrescente-se a estes elementos o aspecto econômico do esporte, cada vez mais crescente com a inserção de suas práticas em circuitos globalizados. Assim, a política de esporte em curso no Brasil sintetiza em grande parte estes elementos, uns mais que outros, com destaque para a abordagem do fenômeno esportivo do ponto de vista da política social.

Avaliar as medidas e processos pelos quais a política de esporte cumpre seu papel de política social requer a avaliação precedente de seu desenvolvimento como política pública. A questão remete então às finalidades e critérios estabelecidos para a avaliação de uma política pública. Avaliar uma política pública ou ação governamental deve ter conseqüentemente finalidades bem precisas:

(1) accountability, significando estabelecer elementos para julgar e aprovar decisões, ações e seus resultados. (2) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade, ou seja, a avaliação tem que ser capaz de propor algo a respeito da política que está sendo avaliada. (3) empoderamento, promoção social e desenvolvimento institucional, significando que a avaliação deve ser capaz de abrir espaço para a democratização da atividade pública, para a incorporação de grupos sociais excluídos e para o aprendizado institucional e fortalecimento das instituições envolvidas. (RUA, 2010b, p. 4)

Em relação aos critérios de análise, a autora apresenta uma síntese de 10 elementos necessários para a implementação perfeita: 1) As circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem; 2) O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes; 3) Não apenas não deve haver restrições em termos de recursos globais, mas também, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível; 4) A política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta); 5) Esta relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos; 6) Deve haver uma só agência implementadora, que

não depende de outras agências para ter sucesso; se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância; 7) Deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação; 8) Ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em seqüência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante; 9) É necessário que haja perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa; 10) Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seus comandados.

Elemento importante nesta perspectiva é o da necessidade de uma teoria adequada entre a causa de um problema e o efeito de uma solução que está sendo proposta. Desta forma, as concepções que norteiam determinado programa devem ser coerentes com as ações e com os resultados esperados. É neste caminho que analisaremos a seguir o desenvolvimento do PST, problematizando suas principais concepções e implementação, esta última com destaque na cidade de Goiânia.

#### **4.1 – O PST e suas concepções**

Como vimos no primeiro capítulo, o esporte no Brasil do ponto de vista conceitual hoje se subdivide em três manifestações bem claras e delimitadas: esporte de rendimento, esporte de participação/lazer e esporte educacional. De acordo com a Política Nacional de Esporte de 2001, o esporte é definido como fenômeno sócio-cultural, que tem no jogo o seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial e que nas suas diferentes formas, contribui para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, o que o torna um dois meios mais eficazes para a convivência humana.

As três dimensões da manifestação esportiva são definidas conforme o quadro abaixo, que acrescentou a dimensão do esporte escolar, também definido pela Política Nacional de Esporte.

Quadro 11 - Dimensões do esporte no Brasil

Dimensão do esporte	Definições
Esporte de rendimento	Praticado de acordo com as regras e códigos das entidades internacionais, e que tem como finalidade a obtenção de resultados expressivos, vitórias, recordes, tudo dentro de um referencial ético expresso na formação de um espírito esportivo dos seus praticantes
Esporte educacional	Praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hiper competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer
Esporte lazer	Praticado de modo voluntário, com as modalidades institucionalizadas ou não, com regras oficiais ou adaptadas, e que contribui para a integração dos praticantes, para a promoção da saúde e outros aspectos importantes da vida social
Esporte escolar	Praticado pelos jovens de talento no ambiente escolar, com a finalidade de desenvolvimento esportivo dos seus praticantes, sem perder de vista a formação dos mesmos para a cidadania

Este quadro nos remete a tipologia construída ao fim do primeiro capítulo. Como podemos perceber, pelas definições apresentadas na Política Nacional de Esporte, podemos confrontar o modelo do rendimento com o modelo do esporte de participação. Percebemos que as definições acima dizem muito mais respeito aos locais onde a prática esportiva é desenvolvida do que às formas. No tocante a forma, podemos agrupar esporte de rendimento com esporte escolar e esporte educacional com esporte lazer.

Esta divisão do esporte já se fazia presente na Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, instituída em 1985 pelo presidente José Sarney e posteriormente incorporada pela Constituição de 1988. Bracht, 2005, embora reconheça a necessidade de uma abordagem mais diferenciada ou complexa, apresenta o fenômeno esportivo em duas manifestações essenciais: esporte de rendimento ou espetáculo; esporte enquanto atividade de lazer.

Nesta perspectiva, o autor questiona o conteúdo da definição de esporte educacional:

Não adjetivamos uma forma específica de esporte educacional (no sentido lato toda prática esportiva é educacional, mesmo que num sentido diverso da nossa concepção de educação). O esporte praticado no âmbito da instituição educacional, pode na verdade, vincular-se a uma das duas perspectivas de esporte acima referidas, embora pareça predominar hoje, em maior ou menor grau, as características do esporte de rendimento. Ou seja, a manifestação do esporte que ainda fornece o modelo para o esporte escolar é o de alto rendimento. (BRACHT, 2005, p. 16)

Esta visão parece-nos confirmada também por outros autores no campo da sociologia, como foi exposto no primeiro capítulo. Para Elias e Dunning, o espírito amador do esporte cede cada vez mais espaço ao profissionalismo. Com as análises de Brohm destacamos o crescente peso da dimensão econômica do esporte. E finalmente, com a teoria de Bourdieu, podemos ver como o *habitus* esportivo é construído com base no modelo do esporte de rendimento.

No entanto, a Política Nacional do Esporte de 2005, aponta que a definição de esporte educacional presente na legislação não permite reconhecer o esporte como atividade humana historicamente criada, socialmente construída e produto da cultura humana. Assim, para a Política Nacional de Esporte de 2005, existem outros elementos para poder caracterizar o esporte educacional:

Para atribuir um sentido educativo ao esporte é preciso espelhar objetivos educacionais nos princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, que perpassam esta Política, porque eles representam valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados por meio da prática do esporte. Nessa ótica, o Ministério do Esporte entende que o esporte é educacional, quando efetiva a participação voluntária e responsável da população, concretizando a auto-organização e a autodeterminação com práticas que não comprometam o caráter genuinamente nacional e popular. Deve promover o desenvolvimento da

Cultura Corporal nacional, cultivar e incrementar atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação que se reflitam na criação de possibilidades de solução dos problemas sociais que, no momento, impedem o progresso social. (BRASIL, 2005, p.13)

Portanto, o grande desafio do PST é tentar superar a colonização do esporte educacional pelo esporte de rendimento. Muitas vezes ocorre simplesmente o esporte na escola, no qual os valores da instituição de alto rendimento são reproduzidos em detrimento do esporte da escola, no qual o ambiente educacional possui autonomia para o trato pedagógico dos conteúdos esportivos e a lógica do rendimento e da seletividade não é o foco. Em certa medida esta situação verifica-se também no PST.

Conforme o Projeto padrão do PST de 2009, o programa se apresenta como Programa Orçamentário “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo”. Ou seja, ainda que no plano do discurso defina-se o PST no âmbito do esporte educacional, constata-se um nível de continuidade em relação ao programa anterior (Esporte na Escola), que preconizava também a iniciação esportiva. Neste sentido,

O programa termina por se contrapor à promoção da escolarização das atividades esportivas, o que seria desejável, uma vez que o PST se desenvolve prioritariamente em espaço escolar, atendendo aos estudantes do sistema público de ensino. Igualmente, verificamos que o PST, por vezes, acaba se consolidando como um espaço de mera reprodução de modelo esportivo hegemônico, distanciando-se novamente de uma presumível e almejada resignificação das práticas esportivas, que o transformem efetivamente em veículo para a promoção da inclusão social e de reversão do quadro de desigualdades presentes na sociedade brasileira. (ATHAYDE, 2009, p. 105)

Assim, é preciso atenção para que o esporte educacional não se transforme em simples base de uma pirâmide esportiva no país. Tornando-se base da pirâmide esportiva, na qual se tem a noção de massificar (e não democratizar) a prática esportiva, fica patente que aqueles que não desenvolverem as capacidades motoras suficientes para prosseguir no funil da pirâmide serão excluídos do processo. Neste caso não teríamos o esporte educacional como meio de inclusão social, mas novamente como promotor de desigualdades. Esta possibilidade é presente, pois a lógica do rendimento não nasceu com o PST e nem se instaurou entre os profissionais envolvidos com o programa a partir de sua criação. Assim, o modelo do alto rendimento quase sempre é evocado, reforçando a possibilidade de tomarmos o esporte educacional como base da pirâmide esportiva:

Uma corredora, que veio dar uma palestra... e ela falou que hoje ela corre, hoje é uma profissão pra ela, e ela teve isso na escola, com o professor de Educação Física dela que acreditou nela. Só que ela foi uma entre um milhão; eu vejo que o segundo tempo expande um pouco mais essas possibilidades, agora infelizmente a gente não trabalha com o esporte de rendimento, a gente trabalha com esporte educacional, com atividades recreativas, mas a gente percebe muitas vezes que a gente tem talentos em muitos locais e a gente não sabe pra onde encaminhar, às vezes a gente até encaminha mas é difícil dar continuidade; a gente teria que pensar no depois. (Gestor – 31.08.10)

Chama atenção o fato de que sejam realizados testes de mensuração de rendimento nas atividades do PST e que estes por sua vez sejam repassados ao Ministério do Esporte. Isso aponta uma tendência para que o esporte educacional legitimador de uma política velada de formação de atletas, camuflada por meio da justa necessidade de atividades educacionais, culturais e desportivas sentidas nas comunidades carentes país afora. O depoimento a seguir é elucidativo nesse aspecto:

Em termos de desempenho dos alunos vamos dizer assim, existia uma orientação pra usar um material da

Proesp<sup>27</sup> disponível de avaliação inclusive com orientação em vídeo. Alguns testes mesmo: teste físico, de registrar resultado. Existiam essas formas de controle e de avaliação do desenvolvimento. O ministério orientava pra que a gente aplicasse esses métodos de avaliação também. Que não é no meu modo de ver o objetivo do programa... mas a gente considerava também que estes dados ajudariam também a orientar melhor um aluno, a identificar algum tipo de problema físico ou de saúde, a identificar melhor alguma dificuldade na aprendizagem do esporte né. Tem teste pra medir aptidão, que quando eu vi até achei estranho porque não é a proposta do programa mas existe também dentro do programa uma possível indicação do PST pra um possível treinamento. (Professor - Entrevista ao autor, 31.0810)

Este tipo de avaliação configura, embora não de maneira explícita, a utilização do PST para o cumprimento do objetivo de seleção de atletas, justificada pelo discurso do esporte educacional. A contradição parece estar presente nos manuais do PST e no relatório do TCU quanto à definição dos objetivos do programa, quando o programa é definido como projeto de iniciação esportiva:

O Programa Segundo Tempo tem como objetivo geral democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A proposta metodológica prevê a iniciação esportiva em diversas modalidades coletivas e individuais, fornecendo às crianças e aos adolescentes envolvidos conhecimentos e contato com o esporte, preparando-os para a sua prática regular. (BRASIL, 2006)

Desta forma, para que o esporte educacional não seja tratado como base da pirâmide esportiva do país e como paliativo para crianças e adolescentes em situação de risco, é importante que as ações intersetoriais

---

<sup>27</sup> PROESP: Projeto Esporte Brasil, organizado pela rede CENESP. Anexamos ao fim do trabalho alguns modelos de avaliação propostos.

previstas pelo programa de fato ocorram, sob pena de ser atribuída ao fenômeno esportivo a missão salvacionista, justificada sob a bandeira do esporte educacional. Segundo Athayde, percebe-se esta confusão nas concepções do PST por meio de uma avalanche semântica em relação ao esporte

Construindo discursos que dão ao esporte uma gama de responsabilidades, como se este fosse capaz de curar uma série de mazelas que assolam a sociedade, principalmente nas áreas de risco social. Em última instância, essa prática acaba por promover uma fetichização dos problemas sociais e a mistificação do esporte, caracterizando um discurso de conotação salvacionista (ATHAYDE, 2009, p. 38)

Esta visão salvacionista do esporte carrega aquela noção apresentada por Brohm de que o conteúdo do esporte é neutro e, portanto passível de ser preenchido com qualquer perspectiva. Nesta visão, o esporte pode salvar do mundo das drogas, ser mecanismo de ascensão social, promover saúde, dentre outras possibilidades. Esta visão também é ressaltada do ponto de vista dos que trabalham no PST:

Eu vejo principalmente assim como ponto muito positivo oferecer atividades, oportunidades pra muitas crianças que, pelo que a gente percebeu, não teria nem perspectiva de fazer algo diferente. Eu vou colocar como relato de experiência, o que nós tivemos ali no Parque Acalanto, de trabalhar com dança, ginástica num grupo ali que não tinha perspectiva, de até se visualizar enquanto futuros professores de Educação Física, futuros bailarinos, alguma coisa nesse sentido... (Gestor - Entrevista ao autor, 31.08.10)

Nas palavras do presidente da República também se destaca a missão salvacionista:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou na manhã desta quarta-feira (21/06), durante a cerimônia de abertura da 8ª Semana Nacional Antidrogas, em Brasília, a importância do

programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, na missão de afastar jovens e adolescentes das drogas. (BRASIL, 2006)

Não se pode negar que sob determinadas condições a prática esportiva possa promover saúde, inclusão social ou contribuir para a diminuição do risco social. No entanto, ela por si só não possui este poder. Do ponto de vista das ações governamentais é preciso uma articulação com outras esferas em especial a saúde, a habitação, o saneamento básico, a educação e a cultura, dentre outros. É neste caminho que destacamos mais uma vez a importância das ações intersetoriais.

Neste caminho, uma das propostas da III Conferência Nacional de Esporte, no eixo Esporte, Lazer e Educação é “Instituir o Programa Segundo Tempo em 100% das escolas do Programa Mais Educação – MEC”<sup>28</sup>, sem que ele seja substituto da educação física enquanto componente curricular, conforme LDB 9394/96. Esta ação aponta para a possibilidade do PST fazer parte de um projeto maior de construção da escola de tempo integral. Somente nesta conjunção/complementaridade de ações é possível considerar o esporte como um dos instrumentos de reversão do quadro de injustiças sociais.

Desta forma, não se estaria considerando o esporte de maneira neutra, como se fosse possível preenchê-lo com qualquer conteúdo. Por outro lado também se evitaria considerá-lo como fenômeno esportivo unicamente do ponto de vista do rendimento. Numa perspectiva de longo prazo, constata-se que o esporte responde a um determinado nível de desenvolvimento de nossas formações sociais.

Seus significados, numa versão inspirada em Bourdieu, vão depender das disputas que se travam no interior do campo esportivo pelos significados legítimos de sua prática. Estes significados hoje se encontram permeados pela

---

<sup>28</sup> “O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.” (BRASIL, 2010) portal.mec.gov.br

disputa entre duas manifestações principais: a do rendimento e a do lazer/participação. Na medida em que o esporte educacional se aproximar da segunda concepção, ele ressalta de maneira mais explícita as possibilidades do esporte como direito social.

Para que o esporte educacional, e mais especificamente o PST, consigam desenvolver estas possibilidades, é necessário que as concepções e princípios contidos em seu projeto tenham condições de materializarem-se no cotidiano das atividades realizadas no programa. Para verificar a materialização destas possibilidades, vejamos as principais dificuldades para a implementação do PST, além dos problemas identificados em suas concepções.

#### **4.2 – O desenvolvimento operacional do PST**

A primeira grande dificuldade para a consolidar a perspectiva do esporte educacional como direito social no desenvolvimento do PST foi destacada no tópico anterior, quando mostramos como é atribuída ao esporte a missão salvacionista. Compreender o esporte com base nessa missão pode comprometer o desenvolvimento das atividades do programa por não se ter clareza do que é um programa que se pauta pelo esporte educacional.

Outro problema detectado pelo relatório do TCU, 2006, é inobservância de todos os critérios previstos pelo projeto padrão do PST para o desenvolvimento das atividades dos núcleos. O principal diz respeito a ausência de garantia de que as atividades desenvolvidas contemplem de fato a dimensão educacional do esporte, faltando inclusive elementos para avaliar se a proposta pedagógica está de acordo com os objetivos. Segundo o relatório:

(...) apesar da importância da adequada implementação da proposta pedagógica do programa para o pleno alcance dos objetivos pretendidos, existem dificuldades para identificar quais núcleos estão efetivamente atuando de acordo com essa proposta. O Segundo Tempo tem como princípio democratizar

o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional e de cidadania. Nesse sentido, é preciso evitar o emprego de abordagens excludentes, que privilegiem o esporte de rendimento e atividades “tecnicistas”, caracterizadas pelo treinamento repetitivo dos fundamentos de cada esporte, como passes, dribles e outros.(BRASIL, 2006, p. 31)

Em relação aos recursos destinados ao PST, verificamos que faltam elementos comparativos, uma vez que seu antecessor o Esporte na Escola, funcionou por pouco tempo. De maneira geral podemos afirmar que a trajetória do financiamento esportivo no Brasil acompanha as demais pastas da área social, sendo que no Brasil grande parte dos recursos é destinada ao alto rendimento. Segundo Veronez,

O TCU realizou um estudo em que aborda as ações do governo no setor de esporte referentes ao período entre 2000 e 2003. Nesse período, o TCU concluiu que o COB e o CPB receberam, respectivamente, R\$ 95,6 milhões e R\$ 19,5 milhões da Lei Piva. Do orçamento de R\$ 567 milhões que o ministério teve no mesmo período, apenas 6,4% foram designados, segundo o planejamento da pasta, ao esporte educacional. Outro dado interessante do relatório é que nesse período a participação de empresas estatais no setor esportivo, como Banco do Brasil, Petrobras, Correios e Caixa Econômica Federal, atingiu a cifra de 270 milhões. Conforme esse estudo, 97,6% desse montante foi destinado ao esporte de alto rendimento, “em total inversão da orientação expressa na Constituição” (VERONEZ, 2009, p. 9)

Outro elemento importante para apreciar o financiamento na área esportiva é a Pesquisa de Esporte realizada pelo IBGE em 2003, na qual é possível constatar o baixo investimento no setor:

Dentre as fontes de recursos públicos para o esporte, as “despesas na função desporto e lazer” são aquelas englobadas no nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera estadual para a consecução dos objetivos do governo relacionados ao desporto e lazer. Os recursos aplicados na

função desporto e lazer em relação às despesas totais dos governos do estado do País apontavam participações percentuais de 0,13% e 0,09%, em 2002 e 2003, respectivamente. Analisada segundo as Grandes Regiões, a relação recursos aplicados na função desporto e lazer/despesas totais dos governos do estado indicava que, em 2003, somente as Regiões Norte (0,28%) e Centro-Oeste (0,20%) superavam a média nacional (0,09%), o mesmo ocorrendo em 2002.(IBGE, 2003, p. 25)

Em relação aos recursos destinados ao PST em 2010, tem-se uma previsão de R\$ 236.073.160,00. Neste sentido, por falta de elementos comparativos para uma avaliação do orçamento do programa, apenas podemos afirmar que a limitação existente acompanha o restante da pasta do esporte, o que leva a não possibilidade impossibilidade de ampliação do programa ou a dificuldades para o desenvolvimento das atividades cotidianas dos Núcleos de esporte educacional. No caso de Goiânia isso ficou evidenciado:

Pela amplitude de Goiânia, ele é um programa tão grande, que é muito complicado; porque um programa tão grande precisa de estruturas que talvez o segundo tempo não tenha; o segundo tempo funciona melhor em determinadas comunidades, determinadas ONGs, organizações que vão gerir alguns núcleos; agora na cidade de Goiânia, com um milhão de habitantes, a própria estrutura que o ministério garante não é favorável para uma distribuição pra esse grande quantitativo de núcleos; tanto que o próprio ministério reconheceu isso e a estrutura dos núcleos mudou. (Coordenador setorial – entrevista ao autor, 31.08.10)

Ainda assim, o PST é o único programa de esporte educacional desenvolvido a nível federal, desde a constituição de 1988, que conseguiu abranger todos os estados da federação e manter continuidade, estando em vigor desde 2003. A relação de continuidade/descontinuidade é outro aspecto que pode comprometer a consolidação do esporte educacional como elemento de promoção de justiça social. Para um dos coordenadores do programa em Goiânia este é um elemento importante que o desempenho do programa:

Não adianta você proteger uma criança dessa vulnerabilidade social por dois três meses né. Tem que se criar um mecanismo efetivo e constante pra que a criança esteja realmente dentro dessa rede de proteção. Então o próprio programa segundo tempo ser um programa de governo é um dos motivos que determina esse fator. No caso o próprio ministério do esporte tava estudando a possibilidade de criar um programa fixo, uma política pública com relação ao esporte educacional, só que até o momento não foi aprovado. (Coordenador setorial – entrevista ao autor, 31.08.10)

Especificamente no caso de Goiânia, salta aos olhos que a parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer não possibilitou um bom andamento do programa. Em primeiro lugar foi constatado problemas para o pagamento dos monitores, que era de responsabilidade da SME. Pelo fato do Fundo Municipal de Esporte e Lazer não ser estruturado em Goiânia foi necessário então que a SME assumisse a parte financeira do programa.

Em segundo lugar, o diálogo entre as duas secretarias também foi permeado por conflitos<sup>29</sup> que não possibilitaram a resolução dos problemas referentes ao pagamento e contratação dos profissionais envolvidos com o programa. Isso remete ao problema apontado por Rua, 2010, em relação à presença de duas agências implementadoras de uma política. Neste caso deveria haver uma relação mais próxima entre as duas secretarias, evitando os problemas citados.

Esta relação tensa refletiu-se até mesmo na utilização do espaço físico em algumas escolas, chegando à percepção dos agentes executores do Programa:

E nesse caso a relação não era 100% boa porque existem outros projetos dentro da escola: existem as aulas de educação

---

<sup>29</sup> Em conversas informais muitos profissionais que trabalham no PST alegaram que não existia uma boa relação entre os dois partidos que ocupam as duas pastas (PC do B na SMEL e PMDB na SME), ao menos no nível do município.

física dentro da escola no contraturno atendendo o turno, e aí em certas escolas houve sim disputa de espaço e dificuldade pra desenvolvimento do projeto. (Professor - entrevista ao autor, 31.08.10)

Outro problema para a continuidade das ações em Goiânia diz respeito à disposição de monitores de deslocamento para as regiões mais afastadas da cidade, dificultando o andamento das atividades em alguns núcleos. Assim, a principal dificuldade apontada pelos do programa era em relação à falta de monitores:

Ter monitor que possa trabalhar em todos os locais, principalmente os locais que mais necessitam, que são locais muito longe, né, periferia. Às vezes o monitor tá estudando na faculdade na parte da manhã, sai da faculdade 12 e 30 e o núcleo inicia as atividades 13hs aí a gente nisso aí ainda negociava, o professor assumia a turma até o monitor chegar. Às vezes o monitor chegava no local ainda tinha que almoçar antes de retomar as atividades, tinha que pegar dois, três ônibus... demorava mais ainda a chegada do monitor lá no local e infelizmente muito não disponibilizavam. (Gestor - entrevista ao autor, 31.08.10)

Devido a esta série de problemas, o PST em Goiânia teve vida curta. Iniciou-se em março de 2009 e encerrou-se em janeiro de 2010. Os principais problemas residiram nas descontinuidades das ações do Programa.

Além do problema da continuidade, o Relatório do TCU de 2006 cita outros elementos detectados nos núcleos em todo o país e que de maneira geral se reproduziram em Goiânia, em maior ou menor escala, no sentido de obstaculizar o PST:

1. “As atividades de monitoramento do programa não têm sido suficientes para identificar e corrigir procedimentos em desacordo com as diretrizes do Segundo Tempo.”

2. “Empobrecimento na execução local do Segundo Tempo. Muitas crianças deixam de ter acesso à implementação plena da proposta do programa, o que limita o alcance dos benefícios esperados.”
3. “A maior parte dos núcleos do programa não tem utilizado critérios de priorização para os alunos atendidos. (O Manual de Diretrizes do Segundo Tempo recomenda o uso dos seguintes critérios no atendimento pelo programa: maior dificuldade de aprendizado na escola; habitantes de municípios de regiões metropolitanas com alto índice de violência urbana; beneficiários do Bolsa-Família; menor renda familiar; em maior situação de risco social)”.
4. “A maior parte das crianças e adolescentes atendidos é do sexo masculino, em contraste com uma distribuição equilibrada de alunos por gênero nas escolas públicas. Dados do Ministério do Esporte mostram que 63% dos beneficiários são do sexo masculino, enquanto a distribuição por gênero nas escolas públicas de ensino fundamental indica uma proporção de 51%, segundo dados recentes do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).”
5. “A capacitação de coordenadores e monitores tem contribuído para o seu aperfeiçoamento e das atividades oferecidas pelo Segundo Tempo. Entretanto, grande parte dos profissionais envolvidos no programa ainda não teve oportunidade de participar da capacitação.”
6. “Boa parte dos profissionais do programa se ressentem de uma maior preparação para trabalhar com portadores de necessidades especiais”
7. “Os produtos oferecidos pelo programa apresentam problemas que comprometem seu desempenho. O material esportivo foi considerado de qualidade e durabilidade insuficientes. Por sua vez, muitos núcleos não têm oferecido reforço alimentar e, quando o fazem, é muitas vezes inadequado. Além disso, constatou-se que diversos núcleos não receberam os uniformes do programa. Por fim, há núcleos com infraestrutura precária para a execução das atividades.”

Assim, é possível perceber que o PST enfrentou inúmeras dificuldades para a consolidação de sua proposta para o esporte educacional. Percebe-se que a implementação de um programa de dimensões nacionais como o PST demanda corrigir esta série de elementos. Como principais orientações do relatório do TCU, 2006, p. 72, para solução dos problemas foram apresentadas as seguintes orientações:

- ? “Recomenda-se à Secretaria Nacional de Esporte Educacional que verifique a adequada observância dos requisitos do programa no projeto básico, ao mesmo tempo em que aprimore o monitoramento da execução do programa nos núcleos. Também se propõe ao órgão que oriente os coordenadores de núcleo a identificar e estimular a participação de alunos com dificuldades de aprendizagem e maior risco social e que sugira abordagens mais adequadas à participação do sexo feminino por ocasião da análise dos projetos básicos.”
  
- ? “Necessidade de a SNEED levantar o perfil, por convênio, dos coordenadores de núcleo e monitores, identificando suas dificuldades para participar da capacitação e elaborar plano de ação com alternativa de treinamento que inclua coordenadores e monitores leigos. Adicionalmente, a Secretaria deve estudar a possibilidade de estabelecer parcerias com universidades e centros acadêmicos a fim de ampliar a oferta de capacitação e disponibilizar condições mínimas de acesso à Internet. Cabe, também, ampliar o papel do coordenador local de capacitação, revendo seus critérios de nomeação, e fortalecer as iniciativas de treinamento para a inclusão de portadores de necessidades especiais.”
  
- ? “Estabelecer parceria com o Inmetro para implantar controle de qualidade do material esportivo produzido e identificar os convênios que não possuem reposição tempestiva do material esportivo para regularizar tal situação. Além disso, a SNEED deve definir requisitos

nutricionais mínimos do reforço alimentar e orientar os parceiros sobre as possíveis formas de aquisição dos alimentos. Propõe-se também ao órgão incentivar os convênios a estabelecer parcerias com a iniciativa privada para complementar outros itens do uniforme. Por fim, é oportuno recomendar à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte o envio ao Congresso de lista com municípios atendidos pelo programa e carentes de infra-estrutura esportiva, além da articulação com prefeituras para aumentar a oferta de instalações esportivas.”

Como podemos ver as dificuldades para a consolidação de um programa de esporte educacional como política social, com impacto relevante no país, não são poucas. Como discutimos até aqui, constatamos problemas que passam pela dimensão das concepções do programa, por aspectos técnicos de funcionamento dos núcleos e chegam às questões de infra-estrutura. Com isso, passaremos às considerações finais deste trabalho com a perspectiva de ver como estas questões articulam-se para que o esporte educacional possa efetivar sua proposta de promoção de valores formativos da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar compreender o esporte em suas múltiplas determinações não é tarefa simples. Permeado pelas inúmeras contradições presentes nas formações sociais modernas, até mesmo a legislação em vigor no país apresenta dificuldades interpretativas acerca de suas definições. Tão difícil quanto compreender a multiplicidade do fenômeno esportivo é tentar compreendê-lo do ponto de vista da política social.

O caminho traçado para a compreensão das questões acima foi o de iniciarmos pela visualização das diferentes perspectivas da Sociologia do Esporte que perpassam os programas de esporte desenvolvidos no país. Para isso, buscamos na análise de inspiração weberiana as principais características que delineiam o esporte moderno (secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e recordes).

Em seguida, buscamos na análise de tradição marxista elementos interpretativos acerca do processo de globalização e inserção cada vez maior no mercado do fenômeno esportivo, bem como visualizamos algumas condições que permitem seu aparelhamento ideológico por alguns atores sociais (Estado, sindicatos, partidos, ONGs, dentre outros).

Na sociologia das configurações de Norbert Elias vimos como o controle das pulsões e emoções se aprofunda com a consolidação do Estado moderno e o avanço do processo civilizador. Por fim, apreendemos na teoria de Bourdieu elementos explicativos das disputas no interior do campo esportivo pela legitimidade dos significados da prática esportiva, que se reflete na constituição de um determinado *habitus* esportivo. Nesta perspectiva, construímos uma tipologia apresentando os elementos ligados à ortodoxia e à heterodoxia no interior do campo esportivo (alto rendimento x participação/lazer).

Isso nos permitiu construir elementos para compreender como ao longo de sua trajetória política no Brasil o esporte serviu para legitimar vários discursos, dentre os quais se destacam os discursos nacionalista, da disciplina

e da manutenção da saúde, manifestados principalmente a partir do Estado Novo, e mais recentemente, a partir de 2003, como promotor de justiça social.

Estes discursos se articulam com as mudanças no cenário das políticas sociais no período pós 2003, com os dois mandatos do presidente Lula. Nesse momento sobressaiu a consolidação do Ministério do Esporte como possibilidade de superar a lógica da continuidade/descontinuidade nas ações do Estado frente ao setor esportivo e à consolidação do esporte como direito social.

Para países capitalistas de periferia, como o Brasil, a presença do Estado em programas sociais apresenta-se como importante instrumento de redução de desigualdades e promoção de justiça social. Para Sônia Draibe:

As instituições do moderno sistema de proteção social constituem em países de desenvolvimento tardio o principal instrumento de compensação ou reequilíbrio, já que seus sistemas de seguridade social, educação e outros serviços sociais viabilizam o trânsito e a incorporação das massas na vida urbana na condição salarial. (DRAIBE, 2007, p. 44)

Nesta perspectiva, o PST apresenta-se como programa estratégico do Governo Federal, pautado pelo princípio da reversão do quadro de injustiças enraizado na trajetória social do país. De maneira geral o PST, tanto do ponto de vista da visão dos profissionais envolvidos quanto dos documentos de avaliação do Governo Federal, tem conseguido configurar-se como uma forma de evitar a exposição de crianças e adolescentes aos riscos sociais.

A questão que se colocou a partir dessa apreciação norteadora, foi a de tentar identificar se este processo se desenvolve por meio da mera ocupação do tempo ocioso destas crianças e adolescentes (e poderiam ser oferecidas outras atividades que não esportivas) ou se o programa consegue atingir seus objetivos. Desta forma, destacamos a importância das ações intersetoriais junto aos programas de esporte, sob pena de que estes programas terminem apenas por legitimar ações dos governos e partidos que ocupam as pastas de esporte país afora. Caso o esporte seja tratado de maneira desconexa das demais

esferas de governo, acabará reproduzindo a missão salvacionista destacada ao longo deste trabalho.

Do ponto de vista da democratização do acesso à prática esportiva o PST avança consideravelmente em relação ao seu antecessor, o Esporte na Escola. Por outro lado, deve-se considerar que do ponto de vista do orçamento para o setor esportivo e da quantidade de crianças e adolescentes atendidos o programa pode avançar mais, conforme as indicações do Ministério do Esporte e da última Conferência Nacional do Esporte, que apontou para a integração do PST como parte da construção da escola de tempo integral.

Quanto aos resultados esperados verificou-se que o programa consegue diminuir, de fato, a exposição aos riscos sociais, bem como impacta de forma positiva na auto-estima e no convívio entre os participantes do programa. No entanto, não foram identificados elementos avaliativos que nos possibilitem afirmar a ocorrência de melhorias equivalentes nas capacidades motoras e na saúde dos participantes.

Estes dois últimos resultados esperados remetem às principais críticas dirigidas ao programa, no sentido de que ele possa atender aos requisitos de um programa de esporte educacional. Como foi visto com a tipologia construída no primeiro capítulo, o modelo do esporte de rendimento progressivamente configura-se como referência também ao esporte educacional. Esta inversão de valores pode impactar em mais exclusão, pois no modelo do rendimento necessariamente os “menos talentosos” ficarão pelo caminho. Por isso se faz importante que as ações intersetoriais se desenvolvam de forma adequada.

Além deste fator (que não pode ser atribuído ao programa em si, pois faz parte da herança de políticas prévias), percebe-se uma confusão nas definições das prioridades do programa, indicando-nos a possibilidade de que o PST esteja sendo na prática a base da pirâmide esportiva. Caso este processo se configure abre-se uma contradição, estabelecida entre o princípio da inclusão por meio do esporte e o princípio da seletividade presente no esporte de rendimento.

Considerando o desenvolvimento do PST em Goiânia, cujo principal problema se referiu à continuidade do programa devido a questões de financiamento, pode-se analisar a dinâmica da centralização/descentralização

da política de esporte no Brasil. A descentralização das políticas sociais remonta ao cenário da reabertura democrática no período pós-ditadura militar.

Para Arretche e Rodrigues:

A redemocratização política do país, com a retomada das eleições diretas em todos os níveis de governo, implicou a recuperação da estrutura federativa do Estado brasileiro. Aspecto importante do federalismo inaugurado com a Constituição de 1988 foi a outorga aos municípios do estatuto pleno de ente federado. Além da autonomia política, os municípios brasileiros conseguiram aumentar significativamente sua participação no 'bloco tributário' nacional. Essa 'novidade histórica' deu origem a um processo de acomodação das bases federativas, que se manifesta na redistribuição dos recursos fiscais e das competências para execução de políticas entre os três níveis de governo. (ARRETCHÉ & RODRIGUES, 1999, p. 89)

Inicialmente, nossa hipótese era a de que a consolidação do Ministério do Esporte caminhava na contramão das demais políticas sociais, uma vez que a tendência predominante nestas políticas, até o advento do ministério, era de descentralização. No entanto, ao longo de nossas investigações, foi possível constatar que as ações tardias para a consolidação do ME representam de maneira particular o atraso do setor esportivo em seguir a dinâmica das demais políticas sociais. Hoje temos uma centralização do financiamento no ME e uma descentralização operacional na qual estados, municípios e entidades privadas implementam os programas. Esta dinâmica aponta para o que Arretche considera como "descentralização tutelada". (ARRETCHÉ, 1999, p. 130)

Com isso, se em um primeiro momento a criação do Ministério do Esporte permitiu construir uma Política Nacional de Esporte, unificada, e centralizou o financiamento dos programas de esporte, ao afastar as agências executoras da gerência destes recursos, em seguida, ela trouxe problemas, tais como os que vimos para o desenvolvimento do PST em Goiânia. É neste sentido que o projeto padrão do PST traz como uma de suas linhas estratégicas a autonomia organizacional e a descentralização operacional.

Neste contexto de centralização/descentralização, consideramos que o direito ao esporte e lazer tem avançado nos últimos anos como direitos sociais

consolidados. No entanto, o grande gargalo para que se avance mais é a constante sombra do esporte de rendimento, que tenta cada vez mais colonizar as demais dimensões da manifestação esportiva nas políticas oficiais desenvolvidas no Brasil.

Frente às inquietações suscitadas no começo deste trabalho, constata-se que sob determinadas condições, em conjunto com outras ações, o esporte pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e ser um instrumento de desenvolvimento da sociedade. Fazendo parte do modo de vida das pessoas sob o signo da formação social capitalista, não é possível atribuir a ele por si só o poder de alteração de desigualdades.

Este processo faz parte da superação da sociedade com base no sociometabolismo do capital e na conseqüente consolidação de um novo modo de vida. No entanto, o esporte deve ser ressignificado como vetor na elaboração de políticas públicas, proporcionando outras possibilidades para sua vivência, em especial no âmbito do esporte educacional.

Pensar o esporte educacional como meio de promoção de justiça social aponta para a intervenção crítica junto aos programas desenvolvidos a partir da iniciativa estatal, pois, como vimos do ponto de vista da política social o papel do estado em países desiguais como o Brasil é relevante. Caso deixemos de lado esta compreensão, podemos cair no economicismo que nega as contradições e possibilidades de transformação social junto a toda e qualquer intervenção estatal, desarmando as classes subalternas para o embate de hegemonias.

Por outro lado, estas possibilidades dependem em grande medida das disputas que se travam no interior do campo esportivo. E deste ponto de vista, a penetração da dimensão do rendimento nas demais manifestações do esporte aponta uma forte tendência para a reprodução de valores que não contemplam a dimensão da inclusão por meio do esporte. Neste sentido, cabe fortalecer a heterodoxia no interior do campo esportivo, de forma a promover valores coerentes com a superação da mercantilização não só do esporte, mas da vida como um todo.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. 2ª Ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

\_\_\_\_ & RODRIGUES, Vicente. Descentralização das políticas sociais no Brasil. São Paulo: Fundap:Fapesp; Brasília: IPEA, 1999.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2009. (Dissertação de Mestrado)

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR, Armando. O governo Lula e a reforma do neoliberalismo. Revista ADUSP, 2005.

BORON, Atilio A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ O poder simbólico. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_ A Distinção. Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Edusp, 2006.

BRACHT, Valter. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. 2ª Ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

\_\_\_\_ Esporte, História e Cultura. In: PRONI, Marcelo Weishaupt & LUCENA, Ricardo Figueiredo (Orgs). Esporte: história e sociedade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL, Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília: ME, 2001.

\_\_\_\_ Política Nacional do Esporte. Brasília: ME, 2005.

\_\_\_\_ Ministério do Esporte. Manual de diretrizes e orientações para o estabelecimento de parcerias. Brasília: ME, 2009.

\_\_\_\_ Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de programa : Programa Segundo Tempo / Tribunal de Contas da União ; Relator Auditor Lincoln Magalhães da Rocha. – Brasília : TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

\_\_\_\_ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2008.

\_\_\_\_ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, 2009.

\_\_\_\_ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicado 60 – Desigualdade da Renda no Território Brasileiro, 2010.

BROHM, Jean Marie. Sociologia política del deporte. In: Deporte, Cultura y represión. Editorial Gustavo Gili: Barcelona, 1978.

\_\_\_\_ A ideologia do esporte-espetáculo e suas vítimas. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/diplo>, 2004.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 1994.

\_\_\_\_ Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. Política brasileira: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Ed. Sundermann, 2006.

DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: Políticas Públicas no Brasil. (orgs) HOCHMAN, Gilberto. ARRETCHE, Marta. MARQUES, Eduardo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2 vols, 1994

\_\_\_\_\_. & DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa. Difel: 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HELAL. Ronaldo. O que é Sociologia do Esporte. São Paulo: Editora Brasilense, 1990.

LALLEMENT, Michel. História das idéias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LINHALES, Meily Assbú. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996 (Dissertação de Mestrado).

MANHÃES, Eduardo Dias. Política de Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELO, Marcelo Paula. O chamado terceiro entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. Licere, Belo Horizonte, v.10, n2, ago, 2007.

MÉSZAROS, István. Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVACK, George. Introdução à lógica marxista. São Paulo: Ed. Sundermnan, 2005.

ORTIZ, Renato(org). Pierre Bourdieu. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

PILLATI, Luiz Alberto. Guttmann e o tipo ideal do esporte moderno. In: PRONI, Marcelo Weishaupt & LUCENA, Ricardo Figueiredo (Orgs). Esporte: história e sociedade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo Weishaupt & LUCENA, Ricardo Figueiredo (Orgs). Esporte: história e sociedade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF)

\_\_\_\_A avaliação no ciclo de gestão pública. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF)

SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes européias e Brasil. 4ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Políticas Públicas no Brasil. (orgs) HOCHMAN, Gilberto. ARRETCHE, Marta. MARQUES, Eduardo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Jessé. A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SUASSUNA, Dulce Maria de & Azevedo, Aldo Antonio. Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.

TERRA, Alessandra Matos. O Programa Segundo Tempo e suas implicações para a Educação Física escolar em Goiânia: um estudo de caso. Monografia – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

THERBORN, GÖRAN. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILI(orgs). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TORRES, João Carlos Brum. Figuras do Estado Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VAZ, Alexandre Fernandez. Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidades. Esporte e Sociedade. Ano 3 - Número 7 - Nov.2007/Fev.2008.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

WEBER, Max. Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993

\_\_\_\_Metodologia das Ciências Sociais, parte 1. 3ªed. São Paulo:Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

\_\_\_\_A gênese do capitalismo moderno. Introdução e comentários de Jessé Souza. São Paulo: Ática, 2006.

## APÊNDICES

### ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – Coordenador do PST Goiânia

1. Qual a sua formação?
2. Quais são os projetos desenvolvidos pela SMEL hoje em Goiânia?
3. Quantos atendimentos são realizados pelo PST em Goiânia?
4. O que é definido como área de risco? Quais são estas áreas em Goiânia?
5. O que significa Esporte Educacional na concepção do PST?
6. Como se dá do ponto de vista operacional o convênio da Prefeitura de Goiânia com o Ministério do Esporte?
7. Como têm sido as ações intersetoriais previstas pelo PST em Goiânia?
8. Como são desenvolvidas as capacitações previstas no Projeto Padrão do PST? Todos os profissionais envolvidos com o PST são contemplados?
9. Como se dá a descentralização operacional? Em sua opinião, ela é positiva?
10. Conforme o projeto padrão do PST e sua implementação em Goiânia, qual a função dos professores de Educação Física da SMEL no programa?
11. O PST foi cancelado em Goiânia durante um período de tempo de 2010? Por quais motivos?
12. Quais os mecanismos de avaliação do PST?
13. Como você avalia o desenvolvimento do PST do ponto de vista da concretização de seus princípios, considerados em conjunção com os impactos diretos e indiretos previstos pelo programa:
  - a) Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social?
  - b) Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado?
  - c) Da universalização e inclusão social?
  - d) Da democratização da gestão e da participação?
14. Você considera que o objetivo geral do PST tem sido atingido? (O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a

democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social)

15. Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento do PST em Goiânia?
16. Você já participou de outras ações/programas anteriores à criação do Ministério do Esporte? Se já, quais?
17. Qual a sua concepção de Esporte?
18. Qual a sua concepção de Esporte Educacional?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – Coordenador regional (setorial)**

1. Qual a sua formação?
2. Qual o período em que você trabalhou no PST?
3. Quantos núcleos você acompanhou durante este período?
4. Como é o acompanhamento dos núcleos e das atividades desenvolvidas pelos professores e monitores?
5. Conforme o projeto padrão do PST e sua implementação em Goiânia, qual a função dos professores de Educação Física da SMEL no programa?
6. Como se dá a distribuição das ações estruturantes dos núcleos (materiais esportivos, reforço alimentar, uniformes, adequação do espaço físico, etc.) para garantir o atendimento adequado às modalidades do projeto?
7. Como foram desenvolvidas as ações de capacitação do programa?
8. Como são desenvolvidas as ações em conjunto com a SME e com as escolas?
9. O PST foi cancelado em Goiânia durante um período de tempo de 2010? Por quais motivos?
10. Quais os instrumentos de avaliação existentes para o desenvolvimento das atividades dos núcleos?
11. Como você avalia a participação das crianças e adolescentes que participam do PST?
12. Você considera que os núcleos conseguem atingir os objetivos gerais e específicos do PST?
13. Como você avalia o desenvolvimento do PST do ponto de vista de seus princípios?
14. Quais as dificuldades para o desenvolvimento do PST em Goiânia?
15. Você já havia participado de outras ações/programas anteriores à criação do Ministério do Esporte?
16. Qual a sua concepção de Esporte?
17. Qual a sua concepção de Esporte Educacional?

### ROTEIRO DE ENTREVISTA 3 – Professor

1. Qual o período em que você trabalhou no PST?
2. Conforme o projeto padrão do PST e sua implementação em Goiânia, qual a função dos professores de Educação Física da SMEL no programa?
3. Qual a sua função no PST?
4. Quais são as atividades desenvolvidas pelo PST?
5. Como se dá o acompanhamento das atividades?
6. Como são planejadas as atividades desenvolvidas no núcleo?
7. Como as atividades se articulam com os objetivos do PST e com seus princípios?
8. Existe relação do desenvolvimento do PST com a Educação Física escolar?
9. Como se dá a distribuição das ações estruturantes dos núcleos (materiais esportivos, reforço alimentar, uniformes, adequação do espaço físico, etc.) para garantir o atendimento adequado às modalidades do projeto? Elas contemplam o bom desenvolvimento das atividades?
10. Você participou das ações de capacitação do programa?
11. O PST foi cancelado em Goiânia durante um período de tempo de 2010? Por quais motivos?
12. Quais os instrumentos de avaliação existentes para o desenvolvimento das atividades dos núcleos?
13. Como você avalia a participação das crianças e adolescentes que no PST?
14. Você considera que os núcleos conseguem atingir os objetivos gerais e específicos do PST?
15. Como você avalia o desenvolvimento do PST do ponto de vista de seus princípios?
16. Quais as dificuldades para o desenvolvimento do PST no seu núcleo?
17. Você já havia participado de outras ações/programas anteriores à criação do Ministério do Esporte?
18. Qual a sua concepção de Esporte?
19. Qual a sua concepção de Esporte Educacional?

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, caso esteja de acordo, assine o documento de consentimento de sua participação, que está disponível em duas vias. Uma delas é o do entrevistado e a outra do pesquisador responsável.

Informações sobre a Pesquisa:

Título do projeto – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER A PARTIR DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Pesquisador responsável – Marcos Flávio Mércio de Oliveira

Orientador – Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges

Telefones para contato – 3521 1100 / 9265 4636

Descrição da Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo estudar os impactos da criação do Ministério do Esporte em 2003 no desenvolvimento das políticas públicas de esporte no país. O objeto da pesquisa é o Programa Segundo Tempo, ligado à Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte. O Segundo Tempo é um programa que tem como princípios a reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; o esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado; a universalização e inclusão social; a democratização da gestão e da participação. Devido a estes princípios, a pesquisa visa articular a criação do Ministério do Esporte com a compreensão do esporte como política social.

Observações:

A pesquisa não envolve riscos à saúde, integridade física ou moral do informante da pesquisa. Não será fornecido nenhum auxílio financeiro, por

parte dos pesquisadores, seja para transporte ou gastos de qualquer natureza. A coleta de dados deverá ser autorizada e poderá ser acompanhada por terceiros. O resultado obtido com os dados coletados de cada informante poderá ser divulgado posteriormente, caso assim o desejarem. Os dados da pesquisa serão posteriormente apresentados em eventos científicos, na forma de monografias e publicados em revistas científicas, sem que sejam divulgados os nomes dos informantes.

Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges

### **TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo  
assinado, autorizo a utilização para fins acadêmico científicos do conteúdo da  
entrevista concedida para a pesquisa: As políticas públicas de esporte e lazer a  
partir da criação do Ministério do Esporte. Fui devidamente esclarecido pelo  
pesquisador Marcos Flávio Mércio de Oliveira sobre a pesquisa, os  
procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades.  
Foi-me garantido anonimato sobre os dados coletados e que poderei desistir de  
participar a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.  
Também fui informado de que os dados coletados durante a pesquisa serão  
divulgados em eventos e literaturas científicas.

---

Local e data

---

Assinatura

## Anexo 1 – Ficha de registro de dados do Projeto Esporte Brasil

### PROJETO ESPORTE BRASIL

NOME: \_\_\_\_\_

NOME DO PAI: \_\_\_\_\_

NOME DA MÃE: \_\_\_\_\_

SEXO: ( ) M ( ) F DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ESCOLA: \_\_\_\_\_

SÉRIE: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

DATA DA AVALIAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ HORÁRIO: \_\_\_\_\_

TEMPERATURA: \_\_\_\_\_

??Pratica esportes além das aulas de Educação Física?

( ) Não ( ) Sim

Qual a modalidade? \_\_\_\_\_

Qual a frequência semanal? \_\_\_\_\_

Qual a duração média de cada sessão de treino? \_\_\_\_\_

**Apresenta alguma deficiência?**

**Qual?**

**Estatura:**

**Arremesso de Medicineball:**

**Envergadura:**

**Salto Horizontal:**

**Peso:**

**Quadrado:**

**Flexibilidade:**

**Corrida de 20 m:**

**Abdominal:**

**Resistência Geral:**